



Boletim do Centro Regional de Informação das Nações Unidas

Bruxelas, Junho/Julho de 2010, N.º 57

Novo relatório sobre ODM revela resultados díspares e necessidade de acelerar os esforços para os alcançar



O relatório anual de avaliação dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), divulgado, a 23 de Junho, pelo Secretário-Geral Ban Ki-moon, mostra que o mundo efectuou enormes progressos no que respeita à redução da pobreza extrema, à luta contra o VIH/SIDA, a malária e outras doenças e a garantir um maior acesso à água potável, mas continua a avançar muito lentamente noutras áreas vitais, tais como a melhoria da saúde materna e um maior acesso a um saneamento de qualidade.

Dirigindo-se aos jornalistas, Ban Ki-moon disse que o relatório demonstra que os dirigentes mundiais têm de se concentrar em várias frentes: a criação

de empregos, a promoção do crescimento económico, a segurança alimentar, a promoção das energias limpas e o reforço das parcerias entre os países ricos e pobres.

"A incerteza económica não pode ser um pretexto para abrandarmos os nossos esforços de desenvolvimento", afirmou o Secretário-Geral. "É uma razão para os acelerarmos. Investindo nos ODM, estamos a investir no crescimento económico mundial. Concentrando-nos nas necessidades das pessoas mais vulneráveis, estamos a lançar as bases de um futuro mais sustentável e mais próspero".

Ver também:

[- Resultados heterogéneos na realização dos objectivos de luta contra a pobreza em 2010 realçam os desafios](#)

[- Progressos no âmbito dos ODM inspiram novas campanhas para combater mortalidade materna e infantil](#)

Equipa da ONU em Bruxelas realça resultado do trabalho realizado em parceria com a União Europeia



Nos seus preâmbulos, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, e o Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso, enaltecem as conquistas da parceria ONU-UE, salientando que as duas organizações são, de facto, parceiros naturais nas áreas da promoção da paz, do desenvolvimento e dos direitos humanos, porque partilham dos mesmos valores, objectivos e preocupações.

Tomando como base numerosas experiências e reflectindo sobre as lições extraídas dos resultados de 2009, o relatório foca uma série de elementos fundamentais que continuam a dar à parceria a sua força única.

O quinto relatório anual, lançado a 10 de Junho, sobre as acções conjuntas realizadas pelas Nações Unidas com os seus parceiros da União Europeia – acções que vão desde a prevenção de crises, as actividades humanitárias e a promoção do desenvolvimento sustentável até à consolidação de sociedades democráticas e justas - dá um rosto humano à parceria ONU-UE, apresentando um vasto leque de exemplos concretos no mundo inteiro.

O texto completo do relatório está disponível no sítio Web da equipa das Nações Unidas em Bruxelas: <http://www.unbrussels.org/>

[Para mais informações \(em português\)](#)

Editorial — Afsané Bassir-Pour, Directora



Uma palavra de gratidão para todos aqueles que apoiaram e participaram na campanha europeia sobre os ODM promovida pelas Nações Unidas - www.WeCanEndPoverty.eu.

Recebemos 2 036 "Anúncios contra a Pobreza" de 34 países europeus. Obrigada pelo vosso entusiasmo. Metade dos trinta melhores anúncios foram seleccionados com base nos votos do público e a outra metade pelos organizadores.

Grande parte deste êxito deve-se aos nossos parceiros do sistema das Nações Unidas – o

UNRIC estabeleceu uma parceria com outros 12 gabinetes das Nações Unidas em toda a Europa – e aos nossos parceiros da imprensa, pois, sem a sua ajuda, não teríamos conseguido chegar ao público como chegámos. Em Portugal, estabelecemos uma parceria com o jornal Público, para quem vai o nosso agradecimento pelo papel decisivo na divulgação da campanha.

Os trinta melhores anúncios estão agora a ser apreciados pelos nossos sete peritos, que irão escolher o anúncio vencedor. Este receberá o prémio de 5000 euros da Presidência espanhola, que será entregue, no dia 10 de Setembro, em Madrid.

Como recordarão, a ideia por detrás da campanha era pedir aos cidadãos europeus e aos residentes na Europa para usarem a sua criatividade e enviarem uma mensagem aos dirigentes mundiais, recordando-lhes a promessa que fizeram de reduzir a pobreza absoluta para metade até 2015. Revelou-se uma ideia capaz de mobilizar vontades e talentos.

Desejo-vos um óptimo Verão e espero-vos aqui, em Setembro.

ONU cria nova entidade para promover igualdade de género e empoderamento das mulheres

A Assembleia Geral das Nações Unidas votou, a 2 de Julho, por unanimidade, a criação de uma nova entidade, que será designada por "ONU Mulheres".

"Nasceu hoje o membro mais novo da família da ONU", disse Ban Ki-moon à Assembleia Geral, depois de este órgão ter adoptado a resolução que cria a nova Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres. "Este dia representou um ponto de viragem", declarou.

O novo órgão reunirá os seguintes organismos e escritórios: Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), Divisão para a Promoção da Mulher, o Gabinete da Assessora Especial sobre Questões de Género e o Instituto Internacional de Investigação e Formação para a Promoção da Mulher (INSTRAW).

"Estou reconhecido aos Estados-membros por terem superado mais esta etapa a favor das mulheres e das raparigas do mundo inteiro", declarou o Secretário-Geral. "A ONU Mulheres vai estimular os esforços da ONU para promover a igualdade de género e erradicar as discriminações em todo o mundo".

"A acção de hoje terá consequências que irão mais além da simples fusão de escritórios da ONU", disse, por sua vez, a Vice-Secretária-Geral, Asha-Rose Migiros. "A ONU Mulheres dará às mulheres e às raparigas a voz forte e unida que merecem ter na cena internacional".

[Para mais informações \(em inglês\), visitar a página "UN Women"](#)

Assumir responsabilidades para garantir o êxito

[...] Agora, mais do que nunca, temos de prestar contas aos mais vulneráveis.

O argumento moral é claro. Afinal, as pessoas que são menos responsáveis pelo descalabro económico mundial são as que têm pago o preço mais elevado. [...]

Mas o argumento económico é igualmente válido. Mais do que nunca, a recuperação económica mundial depende do crescimento nos países em desenvolvimento. [...]

Ao olharmos para o futuro, o que significa responsabilização para as pessoas, em termos práticos?

Em primeiro lugar, temos de assumir a responsabilidade por criar empregos de qualidade. A crise mundial do emprego está a fazer travar a recuperação bem como os progressos no domínio da redução da pobreza, nos países em desenvolvimento. É tempo de nos concentrarmos no desenvolvimento humano e no trabalho digno e, especialmente, de investirmos de uma maneira inteligente em empregos ecológicos. É simples: não haverá recuperação económica sem

recuperação do emprego.

Em segundo lugar, temos uma responsabilidade perante as pessoas mais afectadas pela crise, especialmente as mulheres. As mulheres são a força aglutinadora das famílias e das comunidades, no mundo inteiro. Um dos investimentos mais proveitosos que podemos fazer é na saúde materna e infantil.

Em terceiro lugar, temos de prestar contas das promessas que fazemos. As principais economias do mundo comprometeram-se a duplicar a ajuda ao desenvolvimento de África e a reforçar os progressos com vista à consecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio até 2015. Com mais recursos, será possível transformar vidas e sociedades inteiras.

Versão integral do artigo intitulado "Assumir as Responsabilidades para Garantir o Êxito"

Criação do TPI - raras vezes se prestou serviço tão decisivo à causa da paz, da justiça e dos direitos humanos

Há doze anos, os líderes mundiais reuniram-se em Roma para criar o Tribunal Penal Internacional. Raras vezes, desde a fundação das próprias Nações Unidas, se prestou um serviço tão decisivo à causa da paz, da justiça e dos direitos humanos. [...]

Como Secretário-Geral da ONU, verifiquei quão eficaz pode ser o TPI – e quão longo foi o caminho percorrido. Há uma década, poucos acreditariam que o tribunal estaria, neste momento, plenamente operacional, a investigar e julgar os autores de genocídios, de crimes de guerra e de crimes contra a humanidade, num número cada vez maior de países.

Trata-se de uma mudança radical na história do mundo. A era da impunidade chegou ao fim. De uma forma lenta mas segura, está a surgir uma nova era, a da prestação de contas. [...]

Para que o TPI venha a ter o alcance que deveria ter, para que se torne um factor eficaz de dissuasão e

Como Secretário-Geral, exorto todas as nações a aderirem ao seu Estatuto. Aquelas que já o fizeram têm de cooperar plenamente com o Tribunal. Isso inclui apoiarem-no publicamente, bem como executarem fielmente as suas ordens. [...]

O debate mais controverso centrar-se-á, talvez, no equilíbrio entre paz e justiça. Para ser sincero, não vejo qualquer razão para escolher entre uma e outra. [...]

O nosso desafio é assegurar ambas, sem as dissociar. Para isso, é fundamental a acção do Tribunal Penal Internacional. [...] Os crimes contra a humanidade são apenas isso – crimes contra todos nós. Nunca devemos esquecê-lo.

Em artigo do Secretário-Geral Ban Ki-moon, intitulado "A Era da Prestação de Contas"

Ban Ki-moon identifica elementos que permitirão que África alcance os ODM



Na sua intervenção perante o Parlamento do Malávi, o Secretário-Geral da ONU enumerou os quatro elementos-chave que, na sua opinião, permitirão a África atingir os oito Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

Começou por lembrar que os compromissos dos países desenvolvidos devem ser honrados. "Tem havido demasiadas promessas, que ficam demasiadas vezes por cumprir", referiu.

Ban Ki-moon apelou, em seguida, a África para que liberte o seu potencial humano e material. "Os

povos de África não precisam nem de piedade, nem de caridade. Precisam apenas das ferramentas para criar emprego e gerar rendimento", insistiu, antes de defender "um combate com armas iguais para o continente africano no comércio internacional".

O Secretário-Geral defendeu igualmente uma nova abordagem do desenvolvimento, na qual todos os ODM sejam tidos em conta e coordenados. "Deveríamos concentrar-nos na maneira de reforçar a capacidade dos países africanos no que se refere a aumentar os investimentos na agricultura, na educação, na saúde e nas infra-estruturas", prosseguiu, apelando a uma "verdadeira parceria" entre África e os doadores.

O último elemento-chave para alcançar os ODM, segundo o Secretário-Geral, é uma promessa que África tem de cumprir: a boa governação, indispensável para que as iniciativas a favor do desenvolvimento produzam efeitos reais.

MENSAGENS DO SECRETÁRIO-GERAL

Dia Mundial do Ambiente

5 de Junho

Dia Mundial dos Oceanos

8 de Junho

Dia Mundial de Combate à Desertificação e à Seca

17 de Junho

Dia Mundial dos Refugiados

20 de Junho

Dia das Nações Unidas para a Função Pública

23 de Junho

Dia Internacional de Luta contra o Abuso e o Tráfico de Drogas

26 de Junho

Dia Internacional do Apoio às Vítimas de Tortura

26 de Junho

Dia Internacional das Cooperativas

3 de Julho

Dia Mundial da População

11 de Julho

Dia de Nelson Mandela

18 de Julho

Uma operação de manutenção de paz bem sucedida é “fruto de uma responsabilidade partilhada”, afirma Ban Ki-moon, no décimo aniversário do relatório Brahimi

Peritos e Estados-membros discutiram o futuro das operações de manutenção de paz, num debate temático da Assembleia Geral por ocasião do décimo aniversário da publicação do Relatório Brahimi, cujas recomendações visavam melhorar a eficácia dessas operações.

O Relatório Brahimi constituiu um “verdadeiro marco na evolução das operações de manutenção de paz da ONU”, declarou o Secretário-Geral Ban Ki-moon, na abertura do debate.

“O Grupo de Estudo dirigido por Lakhdar Brahimi foi criado após um período em que as operações de paz da ONU enfrentaram desafios sem precedentes, um período marcado por um aumento considerável dos efectivos enviados para o terreno, um novo grau de ambição e a complexidade dos mandatos que lhes foram confiados”, explicou Ban Ki-moon, antes de sublinhar a necessidade de “continuar a reforçar o mecanismo de manutenção da paz” e evocar também o lançamento, em 2009, do processo “Novo horizonte”.

Uma operação de paz bem sucedida é fruto de uma “responsabilidade partilhada”, acrescentou o Secretário-Geral, que frisou que era importante envolver “os que atribuem os mandatos às operações de paz, os que contribuem para as mesmas e os que gerem as actividades no terreno”. Neste contexto, a Assembleia Geral tem

um papel importante a desempenhar, reunindo todos os Estados-membros em torno desta empresa comum, concluiu.



Para o Presidente da Assembleia Geral, Ali Abdussalam Treki, a manutenção da paz é um “esforço colectivo que merece o apoio de todos os países”, que devem disponibilizar todos os recursos humanos e financeiros necessários para a realização dos seus mandatos.

Intervindo através de videoconferência, Lakhdar Brahimi, antigo Assessor Especial do Secretário-Geral, lembrou as principais recomendações do seu relatório, publicado em Agosto de 2010 e reiterou o apelo então lançado pelo Grupo de Estudo aos dirigentes do mundo para que se envolvam no processo e reforcem a capacidade da ONU no que se refere a cumprir a missão que é a

sua verdadeira “razão de ser” – a assistência às comunidades para restabelecer a paz.

Ao debate temático seguiu-se uma sessão extraordinária, intitulada “Criar parcerias e garantir capacidades”, que deu ao actual Secretário-Geral Adjunto para as Operações de Manutenção de Paz, Alain Le Roy, a oportunidade de recordar que, actualmente, mais de 124 000 membros do pessoal civil e militar participam em 16 operações de manutenção de paz.

Alain Le Roy evocou o processo “Novo horizonte”, que apresenta uma análise dos desafios presentes e futuros e formula recomendações a favor de uma parceria renovada a favor da manutenção da paz. O programa de acção que daí advém concentra-se em quatro domínios prioritários: a elaboração de directivas práticas sobre os papéis essenciais que uma ONU moderna deve desempenhar em matéria de manutenção da paz, o desenvolvimento de capacidades, a elaboração de uma estratégia de apoio no terreno e meios mais eficazes para planear, gerir e controlar as missões.

Seguiram-se duas mesas redondas sobre o aspecto político e o carácter multidimensional das operações de manutenção de paz.

[Ver também comunicado de imprensa GA/10953 \(em inglês\)](#)

Debate sobre VIH/SIDA: Ban Ki-moon pede intensificação de esforços

Num debate da Assembleia Geral sobre os avanços no domínio da luta contra o VIH/SIDA no mundo, o Secretário-Geral Ban Ki-moon afirmou que há ainda muito mais a fazer para combater o VIH/SIDA, não obstante os consideráveis progressos alcançados no que se refere a reduzir a propagação da doença e assegurar o tratamento das pessoas infectadas pelo vírus.

Num discurso, proferido em seu nome pela Vice-Secretária-Geral Asha-Rose Migiro, Ban Ki-moon pronunciou-se a favor do acesso universal ao tratamento contra o vírus do VIH/SIDA e defendeu também o acesso universal à prevenção e à informação sobre os modos de contágio e os meios de protecção.

“Os indivíduos com maior risco de infecção pelo VIH são os membros das populações mais marginalizadas pela sociedade”, afirmou Ban Ki-moon, referindo-se aos homossexuais, aos toxicodependentes e às trabalhadoras do sexo.

“O acesso universal significa mais do que garantir tratamento ou serviços de prevenção a quem deles necessita. Implica um esforço suplementar para chegar às pessoas marginalizadas, criminalizadas ou sem direitos”, acrescentou.

Congratulando-se com a baixa de 17% do número de novas infecções, desde 2001, e sublinhando também que mais de quatro milhões de pessoas, nos países de baixo e médio rendimento, beneficiam hoje de tratamento adequado, Ban Ki-moon apelou aos Estados-membros para que continuem a financiar a luta contra a SIDA, apesar da crise financeira.

O Secretário-Geral sublinhou que inúmeros benefícios que advêm da realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) melhoram os efeitos e a viabilidade dos programas e políticas sobre VIH. Por exemplo, os esforços para promover a igualdade de género (ODM 3) desempenham um papel essencial na redução da vulnerabilidade das mulheres e das raparigas à infecção, o mesmo se podendo dizer das iniciativas a favor do ensino primário universal (ODM 2). Por outro lado, as estratégias que visam promover a segurança alimentar (ODM 1) atenuam o impacto da epidemia e melhoram a eficácia da terapia anti-retroviral.

[Ver também comunicado de imprensa GA/10946 \(em inglês\)](#)

Joseph Deiss, antigo dirigente suíço, será o próximo Presidente da Assembleia Geral



O antigo dirigente suíço Joseph Deiss foi escolhido para ocupar o cargo de Presidente da 65ª Sessão da Assembleia Geral. Joseph Deiss, de 64 anos, que foi eleito, a 11 de Junho, por aclamação, sucederá a Ali Treki, ao assumir a presidência da Assembleia Geral em meados de Setembro.

Aceitando o cargo “com muita esperança e convicções sólidas”, Joseph Deiss explicou, perante a Assembleia Geral, que o mundo entrara numa era de crescente interdependência.

O Presidente eleito apelou aos Estados-membros, para que retomem os objectivos definidos na Carta da ONU e velem por que os princípios da paz, da amizade e da cooperação guiem o seu trabalho.

Antigo professor de economia, Joseph Deiss, disse que, em 2010-2011, o programa de trabalho da

Assembleia se concentraria na governação global, em geral, e na governação económica, em particular, na reforma do Conselho de Segurança, nas alterações climáticas, na protecção da biodiversidade e na segurança alimentar.

Falando em nome do Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, a Vice-Secretária-Geral Asha-Rose Migiro felicitou Joseph Deiss pela sua eleição. “Trará para o novo cargo a sua longa experiência como professor, parlamentar e membro de um governo”, declarou. “Conhece o valor imenso das Nações Unidas, pois liderou a campanha a favor da adesão da Suíça à ONU”.

Reforço do Estado de direito é vital para vencer os desafios de hoje

A 29 de Junho, o Conselho de Segurança analisou os meios de promover o Estado de direito no contexto de um conflito ou de uma situação de pós-conflito, a justiça internacional e a resolução pacífica de diferendos bem como a eficácia e a credibilidade dos regimes de sanções.

No final de um debate público sobre “A promoção e o reforço do Estado de direito na manutenção da paz e da segurança internacionais”, no qual participaram 36 delegações, o Conselho deu o seu “contributo activo para a resolução pacífica de diferendos”, apelando, uma vez mais, aos Estados, para que resolvam os seus diferendos “por meios pacíficos, como prevê o Capítulo VI da Carta das Nações Unidas”.

Numa declaração lida pelo seu Presidente, Claude Heller (México), na qual os membros manifestam o seu firme apoio a uma ordem internacional baseada no Estado de direito e no direito internacional, o Conselho sublinhou o “papel crucial do Tribunal Internacional de Justiça (TIJ), o principal órgão judicial das Nações Unidas” e exortou os Estados que ainda o não fizeram a “aceitar a competência do Tribunal, de acordo com o Estatuto do mesmo”.

O Conselho convidou os Estados a recorrerem a outros mecanismos de resolução de diferendos, susceptíveis de assegurar uma solução pacífica e de prevenir ou resolver um conflito”. Opôs-se firmemente à impunidade dos que cometem violações graves do direito internacional

humanitário e dos direitos humanos e lembrou que os Estados devem cumprir as suas obrigações nesta matéria.



Insistiu em que “é urgente introduzir melhorias na acção da ONU no domínio da consolidação da paz e velar por que todas as componentes do sistema das Nações Unidas adoptem uma atitude coordenada”.

“Quando o mundo enfrenta novas ameaças à paz e segurança internacionais, como o crime organizado transnacional, o terrorismo e a pirataria, o Conselho de Segurança deveria colocar o Estado de direito no centro da sua resposta”, afirmou a Vice-Secretária-Geral Asha-Rose Migiro, no seu discurso

“O princípio de que todos os indivíduos e entidades, incluindo os Estados, são responsáveis perante a lei está no cerne do Estado de direito,

tanto no plano nacional como no internacional. Todos os mecanismos – judiciais e não judiciais – que garantam o respeito do direito internacional ou destinados a fazer cumprir a lei devem ser reforçados”, afirmou.

Ao mesmo tempo, em resposta aos crimes internacionais, a Organização deverá redobrar os esforços para reforçar as capacidades nacionais de responsabilizar os perpetradores pelos seus actos.

No discurso que proferiu durante a reunião, a Secretária-Geral Adjunta para os Assuntos Jurídicos, Patricia O’Brien, afirmou que qualquer debate sobre o Estado de direito a nível internacional deveria abordar a questão dos regimes de sanções do Conselho de Segurança.

“Esse regime desempenha um papel necessário na manutenção da paz e da segurança internacionais”, declarou Patricia O’Brien. “Assim, é vital que, tal como todas as decisões do Conselho de Segurança, as sanções sejam adoptadas de acordo com o direito internacional e com os objectivos consagrados na Carta”.

[Ver também comunicado de imprensa SC/9965 \(em inglês\)](#)

Protecção eficaz de civis em período de conflito passa pela luta contra a impunidade

A escolha deliberada de civis, a violência sexual e a negação de acesso humanitário continuam a ser fenómenos generalizados em conflitos armados, afirmaram altos funcionários da ONU perante o Conselho de Segurança, pedindo mais esforços para pôr termo à impunidade por esses actos.

“A conduta das partes num conflito é inevitavelmente afectada pela noção de que podem ser punidas e responsabilizadas pelos seus actos e por sinais inequívocos de que a impunidade não será tolerada”, disse o Secretário-Geral Adjunto para os Assuntos Humanitários, John Holmes, durante o debate sobre a protecção de civis em conflito armado.

Durante a sessão, em que intervieram 40 oradores, John Holmes disse que o perigo é que o quadro normativo tenha avançado mais rapidamente do que a vontade e capacidade de o fazer cumprir.

“Exorto, pois, o Conselho de Segurança a adoptar uma abordagem vigorosa da responsabilização”, disse John Holmes, na sua última intervenção perante aquele órgão.

Referiu que, embora os sistemas de justiça nacionais devam continuar a ser a primeira linha de defesa, a comunidade internacional deve identificar e utilizar meios alternativos, quando esses sistemas demonstram não querer ou não poder apresentar os perpetradores à justiça e garantir a reparação às vítimas.

“A responsabilização dos perpetradores é fundamental para a protecção dos civis”, declarou a Alta-Comissária para os Direitos Humanos, Navi Pillay,

que referiu que, entre as medidas mais importantes tomadas pelo Conselho para proteger os civis, figura a criação de comissões de inquérito.



Lembrou que recai sobre os Estados a responsabilidade primordial por investigar e acusar autores de genocídio, crimes de guerra, crimes contra a humanidade e violações flagrantes dos direitos humanos. Alguns países criaram comissões de inquérito nacionais, que são uma prova bem-vinda da sua vontade de fazer justiça. “A verdadeira responsabilização só pode ser conseguida se os mecanismos nacionais de investigação forem credíveis, independentes e imparciais”, insistiu.

Lembrou que o Conselho tomara medidas no sentido de promover a responsabilização, nomeadamente a de fazer depender o seu apoio às operações militares das forças armadas nacionais do respeito pelo direito dos direitos humanos, do direito humanitário e do direito relativo a refugiados.

Na abertura do debate, o Secretário-Geral disse que, embora as hostilidades e as suas consequências imediatas devam ser alvo de atenção prioritária, é preciso ir mais além, para evitar tratar apenas os sintomas, esquecendo as causas. Pediu que se prestasse mais atenção às causas profundas dos conflitos como a falta de boa governação, a competição por recursos e outros factores, como o étnico e a ausência de segurança e do Estado de direito.

Ban Ki-moon definiu três prioridades. A primeira prioridade é que o Conselho de Segurança atribua maior importância à protecção de civis nas resoluções que definem os mandatos das missões de manutenção de paz da ONU.

A segunda consiste em estabelecer um diálogo com os actores não estatais, cuja presença nos conflitos se tornou sistemática, nas últimas duas décadas. Para Ban Ki-moon é indispensável sensibilizá-los para os problemas das populações civis, “distinguindo o diálogo para fins humanitários do diálogo para fins políticos”.

A terceira prioridade é a luta contra a impunidade. Saudando o trabalho do Tribunal Penal Internacional (TPI), Ban Ki-moon considerou que era preciso fazer ainda mais “para que os autores de violações de direitos humanos saibam que não escaparão à justiça e terão de prestar conta dos seus actos”.

[Ver também comunicado de imprensa SC/9973 \(em inglês\)](#)

Enviada da ONU exorta Conselho de Segurança a punir aqueles que recrutam crianças-soldado



Um mês depois de as Nações Unidas terem, pela primeira vez, identificado os combatentes que são os violadores mais persistentes de crianças em conflitos armados, o Conselho de Segurança ouviu exortações a que se garanta que esses violadores são plenamente responsabilizados pelos seus actos.

“A revelação dos nomes e a vergonha que daí decorre, bem como a possibilidade de sanções contra os violadores persistentes, convenceram as partes a pôr termo a este comportamento repreensível e deveriam dissuadir outras de cometerem delitos futuros”, afirmou, a 16 de Junho, a Representante Geral do Secretário-Geral, Radhika Coomaraswamy, perante o Conselho, no início do debate de um dia sobre crianças e conflitos armados.

O mais recente relatório do Secretário-Geral sobre a questão, publicado em Maio, citava os nomes de 16 exércitos e grupos insurgentes, em África, na Ásia e na América Latina que recrutaram ou usaram crianças-soldado pelo menos durante os últimos cinco anos.

Radhika Coomaraswamy referiu que, na sua maioria, essas partes eram entidades não estatais “que precisam de colaborar em planos de acção com as Nações Unidas para serem retiradas da lista”. Exortou os governos “a apoiarem este processo, tendo em conta os interesses das crianças”.

O relatório recente do Secretário-Geral louvava os progressos alcançados graças à assinatura de diversos planos de acção para pôr termo ao recrutamento e utilização de crianças-soldado.

Embora esse plano de acção tenha chegado demasiado tarde para Manju Gurung, uma rapariga nepalesa que foi raptada pelos maoistas aos 13 anos, a jovem falou, agora, perante o Conselho de Segurança, “em nome de todas as crianças em conflitos armados que enfrentam as atrocidades da guerra e lhes sobrevivem”.

O debate, em que participaram dezenas de oradores, terminou com a adopção de uma declaração presidencial em que se expressa a profunda preocupação pelo facto de algumas partes continuarem a cometer violações e exercer violência contra as crianças.

Os membros do Conselho manifestaram a sua “disponibilidade para adoptar medidas dirigidas e graduais contra os violadores persistentes”, nomeadamente possíveis sanções por infracções do direito internacional cometidas por aqueles que recrutam crianças-soldado.

[Para mais informações](#)

Civis continuam a estar na linha de fogo, afirma Luis Moreno-Ocampo perante Conselho de Segurança



Os ataques contra civis, apoiados pelo Governo sudanês, prosseguem no Darfur, onde milhares de pessoas foram obrigadas a abandonar as suas aldeias nos últimos meses e onde continua a haver numerosos casos de violência sexual contra mulheres, disse o Procurador do Tribunal Penal Internacional (TPI), Luis Moreno-Ocampo, num debate no Conselho de Segurança, pedindo medidas mais duras para melhorar a situação na região.

Luis Moreno Ocampo sustentou que os factos mostram que continuam a ser cometidos crimes de guerra no Darfur, sete anos depois do início dos combates entre as forças governamentais e os seus aliados – as milícias Janjaweed – e os grupos rebeldes.

O Procurador explicou que o *modus operandi* continuava a ser o mesmo: bombardeamentos aéreos, seguidos de ataques das forças armadas sudanesas, entre as quais operam milícias Janjaweed. Acrescentou que os crimes de género não têm diminuído e que as deslocadas internas têm sido alvo de violência sexual.

Luis Moreno-Ocampo pediu a detenção de dois responsáveis, acusados pelo TPI em 2007. Ahmad Harun, ex-ministro do interior do governo sudanês, e Ali Kisayb, presumível chefe dos Janjaweed, uma milícia acusada de ter perpetrado inúmeros massacres foram inculcados pelo TPI.

O Presidente do Sudão, Omar al-Bashir, também foi acusado pelo TPI de crimes de guerra e de crimes contra a humanidade. Os juizes do tribunal na Haia remeteram a questão para o Conselho de Segurança, informando-o da falta de cooperação do Sudão no que se refere a deter os suspeitos.

“A impunidade de Ahmad Harun e de Ali Kisayb constitui um dos principais problemas”, disse. “Ali Kisayb é um chefe tribal que continua a exercer o seu poder na sua zona, no Sul do Darfur, e isso transmite aos Janjaweed a mensagem de que podem continuar a cometer crimes”, deplorou.

[Para mais informações](#)

Delegação do Conselho de Segurança termina visita ao Afeganistão reiterando apoio continuado

Após quatro dias de visita oficial ao Afeganistão, uma delegação do Conselho de Segurança reiterou, a 24 de Junho, numa conferência de imprensa em Cabul, o seu apoio continuado aos esforços desenvolvidos pelas autoridades afegãs para instaurar uma paz duradora e sublinhou a importância da realização de eleições livres e justas, de uma melhor governação e do respeito pelos direitos humanos.

“Durante os nossos contactos, reiterámos o apoio e compromisso continuado do Conselho de Segurança em relação ao povo do Afeganistão e ao seu Governo, no domínio da promoção da paz, do desenvolvimento e da estabilidade”, declarou o Embaixador Ertugrul Apakan, da Turquia, que chefiou a missão.

A visita ocorreu num período importante, uma vez que teve lugar depois da Jirga para a Paz e antes da Conferência de Cabul, prevista para 20 de Julho”, disse o Embaixador Apakan. Na Conferência de Julho, que será co-presidida pela

Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão (UNAMA) e é um seguimento da Conferência de Londres, o Governo deverá apresentar um plano dirigido pelos Afegãos para melhorar o desenvolvimento, a governação e a segurança.

Durante a sua visita, os membros do Conselho foram informados sobre vários problemas relacionados com as eleições legislativas que se realizarão a 18 de Setembro. Estas eleições serão geridas inteiramente pelas instituições afegãs e as listas preliminares de candidatos contêm os nomes de mais de 400 mulheres.

“São necessárias eleições livres e justas”, disse o Embaixador da Turquia, acrescentando que o Conselho registava com satisfação a forte participação de mulheres como candidatas. Informou também que a delegação incentivava as autoridades afegãs a intensificar os esforços para defender o Estado de direito e os direitos humanos, em particular os direitos das mulheres e das crianças. Salientou a

necessidade de combater a indústria e o comércio de estupefacientes bem como a importância da cooperação regional nos domínios político, económico e da segurança.

[Para mais informações](#)





Fórum de alto nível da ONU realça papel das mulheres na promoção do desenvolvimento mundial

Reafirmando o papel vital das mulheres como agentes de desenvolvimento, os ministros e chefes de delegação que participaram no debate de alto nível da sessão de fundo de 2010 do Conselho Económico e Social (ECOSOC) declararam que a igualdade de género, o empoderamento das mulheres, o pleno gozo dos seus direitos humanos e a erradicação da pobreza são essenciais para o desenvolvimento económico e social, incluindo a realização de todos os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

Na declaração ministerial, adoptada por consenso, o Conselho salienta a necessidade de se investir mais nas mulheres e nas raparigas.

A declaração surgiu no mesmo dia em que a Assembleia Geral votou por unanimidade a criação de um organismo da ONU encarregado de acelerar o avanço em direcção à igualdade de género e ao empoderamento das mulheres - a Entidade para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres, também conhecida como ONU Mulheres, que resulta da fusão de quatro organismos e gabinetes. Na declaração, os Estados-membros saudam a criação da ONU Mulheres e prometem apoiar inteiramente a sua entrada em funcionamento.

Os Estados-membros também salientam, entre outras coisas, a necessidade de reforçar a plena integração das mulheres na economia formal, aumentar os esforços nacionais e internacionais para impedir e eliminar todas as formas de violência contra as mulheres e as raparigas, e melhorar o acesso aos sistemas de saúde por parte das mesmas.

Os autores da declaração ministerial e as delegações que a adoptaram manifestam a sua profunda preocupação perante as actuais crises e o impacto das catástrofes naturais e das alterações climáticas nos esforços a favor da igualdade de género, do empoderamento das mulheres e da realização dos ODM. Comprometem-se a tomar todas as medidas necessárias para alcançar todos os objectivos de desenvolvimento acordados a nível internacional, incluindo os ODM.

A Declaração sublinha ainda a necessidade de agir, em face das atitudes discriminatórias e dos estereótipos de género que perpetuam a discriminação das mulheres e os papéis estereotipados dos homens e das mulheres. Salienta também a necessidade de uma abordagem holística com vista a pôr termo a toda a discriminação e violência contra as mulheres e raparigas e de incentivar e apoiar os esforços dos homens e dos rapazes para participarem activamente na prevenção e eliminação de todas as formas de violência, especialmente a violência de género.

Dez anos após a adopção da resolução 1325 do Conselho de Segurança sobre as mulheres, a paz e a segurança, as delegações afirmam a importância da participação das mulheres, em pé de igualdade com os homens e a todos os níveis, na prevenção e resolução de conflitos e na manutenção da paz, e convidam o ECOSOC e a Comissão de Consolidação da Paz a reforçarem o papel que as mulheres desempenham nesse domínio.

Durante o debate de alto nível o ECOSOC ouviu, além das intervenções das delegações dos Estados-membros, oito organizações internacionais e quatro organizações não governamentais.

O debate, iniciado a 28 de Junho, incluiu também o Exame Ministerial Anual, durante o qual seis países em desenvolvimento (Brasil, Guatemala, Moldávia, Mongólia, Namíbia e República do Congo) e sete países desenvolvidos (Austrália, França, Países Baixos, Noruega, Portugal, República da Coreia e Estados Unidos) fizeram intervenções voluntárias sobre acções destinadas a integrar uma perspectiva de género em todos os sectores e a alcançar as metas internacionais relacionadas com a igualdade de género e o empoderamento das mulheres.



Os treze países focaram os progressos alcançados e actuais desafios, 15 anos depois da adopção da histórica Plataforma de Acção de Beijing, mas cada um deles destacou um aspecto específico. Portugal, por exemplo, referiu a nomeação de uma Secretária de Estado da Igualdade bem como a determinação do Governo em abordar questões sensíveis como os direitos em matéria de saúde sexual e reprodutiva e a cooperação para o desenvolvimento orientada para questões de género, no seio da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Elza Pais, Secretária de Estado para a Igualdade, explicou, na primeira parte da sua intervenção, que o relatório nacional descreve a acção levada a cabo pelo Governo português para pôr em prática as estratégias e políticas de desenvolvimento nacional. Enumerou as diversas prioridades da cooperação portuguesa para o desenvolvimento e os seus principais beneficiários, descreveu o quadro institucional criado e destacou os princípios de coesão das políticas e de eficácia da ajuda, bem como a importância da criação e consolidação de parcerias com o conjunto da sociedade civil.

Salientou, em seguida, que os planos nacionais visavam combater a violência de género e outros tipos de violência contra a mulher, um crime em Portugal, bem como o tráfico de pessoas e apresentou um filme sobre algumas importantes campanhas de sensibilização. Chamou a atenção para o papel da legislação sobre a participação das mulheres na vida política, desde o fim da ditadura, afirmando que as mulheres poderiam ajudar a tornar a democracia melhor. Informou que, dentre os 16 actuais ministros, cinco são mulheres e acrescentou que o Governo estabelecera várias quotas para garantir uma participação adequada das mulheres em cargos políticos.

João Gomes Cravinho, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, afirmou que há agora um amplo consenso internacional em torno da ideia de que o bem-estar e o empoderamento das mulheres têm um importante impacto positivo na promoção do desenvolvimento. No entanto, as situações em que os direitos humanos das mulheres são ameaçados ou violados continuam a ser tragicamente comuns, deplorou. A seu ver, a discriminação política, económica e social de que as mulheres são alvo prejudica as possibilidades de desenvolvimento de comunidades e países inteiros. Assim, é perfeitamente evidente que, sem progressos significativos na promoção da autonomização económica e social das mulheres e o reforço dos seus direitos, será muito difícil reduzir a pobreza, eliminar a fome e promover o desenvolvimento sustentável.

Informou que o Governo português estava firmemente empenhado na promoção da igualdade de género e que se esforçara arduamente por garantir a criação de directrizes adequadas, com vista à incorporação de uma perspectiva de género nas actividades nacionais na esfera do desenvolvimento, tanto no país como no exterior. O Governo está a rever actualmente a sua Estratégia de Género para as Políticas de Desenvolvimento, um processo que conta com a participação do Governo e de actores não governamentais.

O Secretário de Estado disse ainda que a nova estratégia sobre questões de género se centraria na promoção do empoderamento das mulheres, por meio do acesso à educação e a actividades geradoras de rendimento, na promoção dos direitos de saúde reprodutiva e sexual das mulheres e das raparigas, no impacto das alterações climáticas na vida das mulheres e no reforço do compromisso de combater, quer dentro quer fora do país, todas as formas de violência de género. João Gomes Cravinho salientou a cooperação para o desenvolvimento com a Guiné-Bissau, que incide, em grande medida, no sector da saúde, dando particular destaque à saúde e aos direitos reprodutivos das mulheres.

[Para mais informações](#)

ONU quer mais mulheres nas suas missões de manutenção da paz



Sublinhando o papel essencial das mulheres na construção de sociedades mais fortes, o Secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, expressou o seu desejo de ver mais mulheres policiais nas missões de manutenção da paz da organização.

Ban Ki-moon lembrou o papel de modelo que as mulheres que trabalham sob a bandeira da ONU desempenham. Inspiram aquelas a quem prestam assistência e motivam-nas a ingressar nas forças policiais dos respectivos países.

“Nas missões de manutenção da paz, na estabilização dos países após os conflitos, as mulheres trazem consigo uma dimensão suplementar. Esforçemo-nos por lhes dar o poder de reforçar a sua participação”, apelou.

O Secretário-Geral lembrou ainda a resolução 1325, adoptada há uma década pelo Conselho de Segurança, acerca do papel das mulheres na construção da paz e da segurança. O texto lembra a importância de uma participação das mulheres nas missões da ONU, em pé de igualdade com os homens, bem como a necessidade de reforçar o seu lugar no processo de tomada de decisões.

A polícia das Nações Unidas participa hoje em 13 missões no mundo. Conta com 13 000 policiais, oriundos de 84 países; apenas 8% são mulheres. “Não existe nenhuma sociedade com 8% de mulheres e 92% de homens”, lamentou a Assessora Adjunta para as questões de Polícia no Departamento das Operações de Manutenção da Paz, Ann-Marie Orlor.

Orlor apelou aos Estados-membros, para que revejam a organização dos seus processos de recrutamento, se certificarem de que o acesso das mulheres às forças policiais não é excessivamente restrito e incorporem mais mulheres nos contingentes que põem à disposição da ONU.

Kosovo: Enviado da ONU apela à calma após violência trágica



O Representante Especial do Secretário-Geral para o Kosovo, Lamberto Zannier, exortou todas as partes a manterem um diálogo, na sequência da trágica violência ocorrida no Norte da região.

A 2 de Julho, as autoridades do Kosovo inauguraram um centro que emite certidões de nascimento, de óbito e de casamento, bem como cartões de identidade e passaportes, na cidade de Mitrovic.

Zannier disse ao Conselho de Segurança, reunido em sessão extraordinária, a pedido da Sérvia, que a medida se inseria nos esforços das autoridades do Kosovo para criar as suas próprias instituições no território, mas que os Sérvios do Kosovo no Norte da região se opunham a essas acções.

Na sua intervenção, o Representante do Secretário-Geral relatou as circunstâncias do atentado, que fez um morto e uma dezena de feridos

e reavivou as tensões entre as duas comunidades. Acrescentou, porém, que, depois do incidente, não se registara qualquer outro acto de violência.

A fim de evitar a degradação da situação, apelou a todas as partes, para que evitem fazer declarações provocatórias. Pediu também às autoridades competentes que tomassem as medidas necessárias para apresentar à justiça os autores desses actos.

Lamberto Zannier expressou as mesmas preocupações manifestadas pelo Secretário-Geral da ONU no seu último relatório, no qual menciona os riscos de tensões que poderiam surgir em consequência da aplicação de políticas e estratégias para o Norte do Kosovo, sem transparência e sem discussões prévias com as comunidades locais. Reiterando o apelo ao diálogo já lançado pelo Secretário-Geral, Lamberto Zannier afirmou que “os acontecimentos dos últimos dias demonstram que é urgente estabelecer um diálogo”.

[Para mais informações](#)

ONU lança ferramenta para combater violência sexual em conflitos armados

A violação e a violência sexual continuam a ser utilizadas como uma arma, nos conflitos armados. Para combater este flagelo, o ONU e o Governo australiano lançaram, hoje, uma nova ferramenta destinada a preparar melhor as equipas da ONU, nomeadamente os capacetes azuis colocados no terreno, para impedir esses dramas.

A nova ferramenta, intitulada *Addressing Conflict-Related Sexual Violence – An Analytical Inventory of Peacekeeping Practice* (“Combater a Violência Sexual em Conflitos – Inventário das Práticas nas Operações de Manutenção de Paz”), faz um levantamento das boas práticas observadas nas missões da ONU no mundo. Deverá ajudar os capacetes azuis a responderem de uma forma mais adequada e mais eficaz aos problemas de segurança das mulheres em zonas de conflito.

Financiado pelo Governo australiano, este primeiro inventário de boas práticas é fruto de uma colaboração entre o Departamento de Operações de Manutenção de Paz da ONU (DPKO), o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) e a rede Stop Rape Now.

Além de expor as iniciativas positivas dos capacetes azuis para deter a violência sexual, o documento apresenta casos de violações que não foram evitadas, analisa as suas causas e propõe soluções que evitem que se

reproduzam dramas semelhantes em circunstâncias diferentes, noutros lugares do mundo.

Para a Representante Especial do Secretário-Geral sobre Violência Sexual em Conflitos Armados, Margot Wallström, que participou no lançamento do documento, “os capacetes azuis devem dispor de exemplos e informações que os ajudem a ser mais eficazes no terreno, a fim de passarem das palavras aos actos”.

O documento debruça-se também sobre casos de violações ocorridas apesar das medidas preventivas tomadas pelos soldados da paz ou muito depois de os combates terem terminado. Expõe as vantagens e inconvenientes que a presença de mulheres de uniforme entre os capacetes azuis pode representar, como no Afeganistão ou na Libéria. Formula algumas recomendações para avaliar melhor os riscos, por exemplo quando as mulheres saem dos campos para ir apanhar lenha ou colher frutos.

[Para mais informações](#)

Haiti: Ban Ki-moon saúda fixação de data das eleições presidenciais



O Presidente do Haiti, René Préval, escolheu 28 de Novembro como o dia em que a população do país irá votar para escolher o seu sucessor, uma decisão saudada pelo Secretário-Geral Ban Ki-moon.

Numa declaração emitida pelo seu porta-voz, Ban Ki-moon exortou o Governo haitiano, a Comissão Eleitoral Provisória, os partidos políticos e todos os Haitianos a “garantirem que as próximas eleições sejam transparentes e credíveis e sirvam para reforçar as instituições democráticas do Haiti, quando o país se esforça por recuperar da pior crise humanitária da sua história”.

“O Secretário-Geral reitera o empenhamento das Nações Unidas em prestar um apoio amplo às autoridades haitianas na preparação e realização das eleições”, afirma a declaração.

A Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) já começaram a prestar ajuda logística e técnica e também no domínio da segurança, tendo em vista as eleições.

Na sua declaração, Ban Ki-moon incentivou os Estados-membros da ONU – em especial os que pertencem ao grupo de trabalho internacional de apoio às eleições – a disponibilizarem, tão rapidamente quanto possível, os recursos financeiros necessários, tendo em vista as eleições.

Afeganistão: transparência das próximas eleições continua a ser desafio importante



na Comissão de Reclamações Eleitorais”, afirmou.

“Este ano é, de facto, decisivo no Afeganistão”, afirmou o Representante Especial. “É um ano em que todos estamos a tentar, juntamente com as autoridades afegãs e o povo afegão, conseguir uma certa forma de estabilização da situação no país”.

O Representante Especial do Secretário-Geral da ONU para o Afeganistão, Staffan de Mistura, informou o Conselho de Segurança, a 30 de Junho, da evolução da situação naquele país. Lembrou que a Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão (UNAMA) vai prestar uma assistência técnica e logística às eleições legislativas de Setembro próximo e insistiu em que “garantir a transparência do processo eleitoral representará um desafio imenso”.

Evocando em seguida a realização da próxima Conferência Internacional, em Cabul, em Julho, considerou que será “mais uma fase no processo de transição afegão”, acrescentando que a questão da segurança continuava a ser uma “preocupação permanente” no Afeganistão. “Estou convicto de que os Afegãos nos vão indicar a via que contam seguir nos próximos meses”, concluiu.

A UNAMA prevê, nomeadamente, ajudar as autoridades afegãs “a reforçar a liderança da Comissão Eleitoral Independente, favorecer a participação acrescida das mulheres no escrutínio e integrar dois participantes internacionais

Israel está a avançar na direcção certa, ao permitir a entrada de mais bens em Gaza, segundo Enviado da ONU



responder às enormes necessidades de Gaza, acrescenta o comunicado. “A ONU está pronta a alargar e acelerar as suas actividades em Gaza, nomeadamente a responder à escassez crónica em domínios como a habitação, a educação, a água, o saneamento e a saúde”, disse Robert Serry.

O Coordenador Especial mostrou-se impaciente por prosseguir as discussões sobre os meios de estimular a economia de Gaza e de reduzir as restrições à circulação dos palestinianos que vivem no território.

O Coordenador Especial das Nações Unidas para o Processo de Paz no Médio Oriente, Robert Serry, saudou, a 6 de Julho, as medidas anunciadas por Israel e que permitiriam a entrada de mais bens de consumo em Gaza, descrevendo-as como “avanços na direcção certa” e formulando o desejo de que permitam um aumento da actividade comercial.

Num comunicado difundido a 21 de Junho, o Quarteto sobre o Médio Oriente saudou também a decisão, tomada por Israel, de permitir a entrada de mais bens civis na Faixa de Gaza, acrescentando que a implementação da nova política ajudaria a satisfazer as necessidades dos habitantes do território e ir ao encontro das preocupações de Israel com a segurança. No mesmo texto, o Quarteto reafirma que a situação na Faixa de Gaza é “inaceitável, insustentável e contrária aos interesses das partes”.

Num comunicado, Robert Serry afirmou que se tratava de medidas importantes e manifestou o desejo de que “estimulem a actividade comercial e permitam um aumento significativo da quantidade de materiais de construção que entram na Faixa de Gaza”.

A ONU conta intensificar consideravelmente os seus esforços, para

Irão: Conselho de Segurança impõe novas sanções

O Conselho de Segurança adoptou, a 9 de Junho, novas medidas que sancionam a República Islâmica do Irão pela sua falta de colaboração com a Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA) e o não cumprimento dos seus compromissos internacionais no que se refere ao seu programa nuclear.

Com excepção da Turquia e do Brasil, que votaram contra, e do Líbano, que se absteve, os outros 12 membros do Conselho de Segurança votaram a favor da resolução 1929.

Apresentado pelos Estados Unidos, o texto reforça o regime de sanções em vigor, endurecendo o embargo à venda de armas destinadas ao Irão, alargando ao alto mar a zona de inspecções de cargas suspeitas provenientes do Irão ou com destino a este país e ampliando as sanções “individuais” que visam agora cerca de mais quarenta empresas iranianas ligadas a actividades nucleares.

Pela sua resolução 1929, o Conselho de Segurança decidiu reforçar o regime de sanções já existente, ao mesmo tempo que continua a apelar a uma resolução diplomática da crise.

O novo texto proíbe ao Irão actividades comerciais que impliquem a exploração de minas de urânio e a produção ou utilização de matérias ou de tecnologias nucleares noutro Estado.

Alarga também a proibição de vendas ou transferências de armas pesadas para o Irão, de modo a incluir oito novas categorias: tanques, veículos blindados de combate, sistemas de artilharia de grande calibre, aviões de combate, helicópteros de ataque, navios de guerra, mísseis e lança-mísseis.

[Para mais informações](#)

Ausência de reformas poderia comprometer os avanços conseguidos na Guiné-Bissau



Sublinha que é crucial que todas as instituições do Estado prossigam o seu diálogo e mantenham relações funcionais, o que contribuiria para evitar no futuro situações análogas à que ocorreu a 1 de Abril. “O pleno respeito da separação de poderes garantiria também o bom funcionamento das instituições do Estado”, declara.

Ban Ki-moon sustenta que a reforma do sector da segurança se reveste da maior importância, frisando que, sem ela, os esforços para lançar iniciativas que visem a mobilização de recursos, como o evento de alto nível da Comissão de Consolidação da Paz sobre a reforma do sector da segurança e a mesa-redonda de doadores sobre ajuda ao desenvolvimento, estariam seriamente comprometidas.

“A reforma do sector da segurança é uma condição *sine qua non* da estabilização”, sublinha Ban Ki-moon. “Contudo, se não forem tomadas medidas enérgicas contra o crime organizado e o tráfico de droga, os esforços para reestruturar o sector da defesa estarão comprometidos.

“O flagelo do tráfico de droga, que afecta toda a sub-região, deveria ser abordado por parceiros nacionais, bilaterais e multilaterais, recorrendo a estratégias coordenadas e mais vigorosas”, acrescenta.

“Os importantes progressos alcançados pelo Governo e o povo da Guiné-Bissau em direcção ao reforço das instituições democráticas e a realização de reformas essenciais, poderão estar seriamente comprometidos, se as partes interessadas não introduzirem mudanças drásticas, a fim de fazer avançar as reformas, incluindo a reforma dos sectores da defesa e da segurança, e de estabilizar o país”, afirma o Secretário-Geral Ban Ki-moon, num novo relatório ao Conselho de Segurança sobre a situação na Guiné-Bissau e as actividades do Gabinete Integrado de Manutenção da Paz no país (UNIIOGBIS).

Segundo Ban Ki-moon, o Presidente, o Primeiro-Ministro e os outros principais interessados deveriam tomar medidas concretas para preservar os avanços conseguidos e consolidar o processo de reforço do Estado no país.

“É fundamental que as autoridades civis e militares cheguem a um acordo sobre uma solução rápida e aceitável para a questão sensível da liderança militar na Guiné-Bissau. Insto as forças armadas a demonstrarem a sua determinação em estar subordinadas ao poder civil que goza da legitimidade que lhe foi conferida por eleições justas e transparentes”.

[Para mais informações](#)

Principal objectivo da acção da ONU na RDC continua a ser a protecção dos civis

No momento em que a missão de manutenção de paz da ONU na República Democrática do Congo (RDC) se transformava em força de estabilização, o Secretário-Geral Ban Ki-moon venceu que irá manter-se a prioridade do organismo mundial de proteger os civis.

A MONUC passou a ser conhecida, a partir de 1 de Julho, como Missão da ONU para a Estabilização da RDC (MONUSCO) e permanecerá no país apenas até 30 de Junho do próximo ano.

Apesar do seu novo nome, “não se trata de uma nova missão”, sendo apenas o reflexo do reconhecimento, por parte do Conselho, da nova fase em que a RDC entrou, disse Ban Ki-moon à Rádio Okapi, na capital, Kinshasa.

Tal como as resoluções anteriores, a última “sublinha a necessidade de dar prioridade à protecção dos civis e usar todos os meios para cumprir esse mandato de protecção”, referiu.

Isso implica também, afirmou, garantir a segurança dos trabalhadores humanitários, dos defensores dos direitos humanos e do pessoal, edifícios, instalações e equipamento da ONU.

Tal como a MONUC, a MONUSCO estará autorizada a apoiar as operações do exército congolês contra esses grupos armados, desde que o exército respeite o direito humanitário internacional, os direitos humanos e o direito dos refugiados, entre outros.

RDC

RDC: Conselho de Segurança converte MONUC em força de estabilização



Os 15 membros do Conselho de Segurança votaram a prorrogação, até 30 de Junho, da Missão da ONU na República Democrática do Congo (MONUC) e aprovaram uma alteração do seu mandato a partir de 1 de Julho, data a partir da qual se tornaria a Missão da ONU para a Estabilização da RDC (MONUSCO).

“Uma vez que a República Democrática do Congo entrou numa nova fase, o Conselho de Segurança decide que, a partir de 1 de Julho de 2010, a missão passará a chamar-se Missão das Nações Unidas para a Estabilização da RDC”, afirma a resolução 1925. O mandato da MONUC é, portanto, prorrogado até essa data, mas a sua componente militar será reduzida. Até 30 de Junho, 2000 capacetes azuis abandonarão as “zonas em que as condições de segurança o permitam”.

De 1 de Julho de 2010 a 30 de Junho de 2011, a MONUSCO integrará, para além da componente civil,

“um efectivo máximo de 19 815 soldados, 760 observadores militares, 391 funcionários de polícia e 1959 membros de unidades de polícia”, refere o Conselho de Segurança. A resolução autoriza, ademais, a manutenção em território congolês “de efectivos militares que possam ser colocados rapidamente no terreno”, destinando-se as restantes forças a estarem concentradas no Leste do país.

Os membros do Conselho de Segurança lembram também que o Governo da RDC é “o primeiro responsável pela segurança, a consolidação da paz e o desenvolvimento no país”. Exortam as autoridades a manterem-se “firmemente empenhadas na protecção das populações”, a dotarem-se de forças de segurança profissionais e “a promoverem soluções não militares, na sua estratégia global contra os grupos rebeldes”.

“Uma futura reconfiguração da MONUSCO será determinada em função da evolução da situação no terreno”, continua a resolução do Conselho.

Somália: Enviado cessante incentiva dirigentes a levarem mais longe os avanços conseguidos



Numa carta de despedida à diáspora somali, com data de 28 de Junho, o Representante Especial do Secretário-Geral para a Somália, Ahmed Ould-Abdallah, agradeceu aos membros do Governo Federal de Transição, com os quais trabalhou desde que assumiu as suas funções, e incentivou-os a levarem mais longe os progressos alcançados.

“Convido os actuais líderes a continuarem centrados nas tarefas prioritárias essenciais”, disse, exortando-os a ter uma visão global do presente e do futuro do país e do seu próprio regime, em vez de se fixarem nas prioridades diárias e a curto prazo.

Afirmou que a paz levará tempo a ser alcançada, devido a interesses importantes, locais e internacionais, incluindo o comércio ilegal, a pesca, o lançamento de resíduos e a pirataria. “Mas um governo determinado, aceite ou tolerado pelos Somalis e apoiado pela comunidade internacional, pode alcançar progressos irreversíveis em direcção à estabilidade”, declarou Ould-Abdallah.

Acrescentou que muitos países querem verdadeiramente ajudar a Somália. “No entanto, para ser sincero, a imagem pública da Somália em África e no Médio Oriente tem sido seriamente prejudicada, ao longo dos anos, pelo comportamento geral dos dirigentes (governo e oposição) em Mogadishu. “É necessário um longo esforço para alterar essa percepção negativa”, sublinhou.

Sudão

ONU saudou a formação de novo governo sudanês



A Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS) felicitou as partes no Acordo de Paz Global, assinado em 2005, pela formação de um novo governo, dois meses após as eleições gerais organizadas em todo o país.

Num comunicado de imprensa, a UNMIS afirma a esperança de que este novo governo “persevere na vontade de alcançar uma paz duradoura e estável”. Apela também

à organização de um “referendo credível” em Janeiro próximo, no Sul do Sudão, em conformidade com o Acordo de Paz que pôs fim a 21 anos de guerra civil entre o Norte e o Sul do Sudão e que prevê, na sua última fase, a organização de um referendo sobre a autodeterminação nesta região, em Janeiro de 2011.

Para a UNMIS, “recai sobre o novo Governo sudanês a responsabilidade da implementação do Acordo de Paz Global durante este último ano de governo interino”. A Missão reitera também o seu compromisso a favor da aplicação completa do acordo e relembra que está pronta a ajudar as partes durante “o período crucial que se aproxima”.

Darfur: grupos armados exortados a negociarem com o governo

O Representante Especial conjunto da ONU e da União Africana, Ibrahim Gambari, os enviados internacionais ao Sudão e os representantes das organizações internacionais e regionais, exortaram os grupos armados do Darfur (Sudão) a negociarem com o Governo sudanês.

Depois de terem saudado a forma como decorreram as eleições presidenciais e legislativas sudanesas, em Abril, os participantes reiteraram o seu apoio à Mediação, dirigida pelo mediador conjunto ONU-União Africana para o Darfur, Djibril Bassolé. Exortaram também a uma resolução definitiva do conflito antes do fim do ano, a fim de que a paz reine no Sudão quando se realizar o referendo de autodeterminação no Sul do Sudão, em Janeiro próximo.

Evocando em seguida a estabilidade e a segurança da região, os participantes afirmaram-se muito preocupados com a deterioração da situação no Darfur, durante estes últimos meses. Exortaram o Governo sudanês e o Movimento para a Justiça e a Igualdade (JEM) a cessarem de imediato os combates e retomarem o diálogo. Formularam o mesmo pedido a todos os outros grupos rebeldes, que também foram exortados a participar nas conversações de paz de Doha.

Os participantes no encontro de El-Fasher, expressaram também a sua preocupação perante o recrudescimento da violência étnica.

ACNUR preocupado com condições de vida dos refugiados do Líbano



Em visita ao Líbano, o Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, António Guterres, expressou a sua preocupação perante a situação dos refugiados, que estão sujeitos a “detenções e expulsões”.

“A detenção só deveria ser imposta em circunstâncias excepcionais, quando existem preocupações relacionadas com a segurança”, afirmou António Guterres, a 2 de Julho, na sequência de um encontro com o Presidente libanês, Michel Suleiman, e o Primeiro-Ministro, Saad Hariri.

O Líbano não é signatário da Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951. É por isso que o Alto-Comissário está preocupado com o estatuto

“incerto” dos refugiados. A maior parte dos 9200 refugiados que vivem no Líbano fugiu dos conflitos no Iraque e no Sudão.

António Guterres sublinhou também o empenhamento do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) em encontrar soluções sustentáveis para esses refugiados, “nomeadamente a reinstalação” num país terceiro, precisou.

“O estabelecimento de um novo governo não confessional no Iraque será a melhor forma de melhorar a segurança e permitir que os refugiados regressem ao seu país com dignidade”, disse António Guterres aos jornalistas, quando de um encontro com a imprensa em Beirute. De momento, porém, a situação no Iraque “não permite o regresso dos refugiados”, considerou.

Gaza: Director de Operações do UNRWA condena ataque contra instalações recreativas para crianças



O Director de Operações do Organismo de Obras Públicas e de Socorro aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA) em Gaza, John Ging, deplorou o ataque levado a cabo a 28 de Junho contra instalações recreativas usadas pelas crianças do território.

Um grupo de cerca de 25 homens armados e mascarados atacou e incendiou as infra-estruturas montadas na praia de Nuseirat para os Jogos de Verão, promovidos pelo UNRWA.

Ninguém ficou ferido no incidente, que se seguiu a um ataque semelhante a 23 de Maio, em que um grupo de 30 homens armados e mascarados atacou e incendiou as estruturas que o UNRWA estava a construir na praia da cidade de Gaza para os Jogos de Verão.

Um acto “cobarde e desprezível” foi como John Ging descreveu o ataque. “O enorme êxito dos Jogos de Verão do UNRWA causou, mais uma vez, frustração àqueles que não conseguem tolerar a felicidade das crianças”, acrescentou.

John Ging declarou que o ataque não dissuadirá o UNRWA de ir para a frente com o evento anual, que é o maior programa recreativo para as crianças de Gaza e que inclui actividades desportivas, natação, artesanato e teatro.

“O UNRWA vai reconstruir o campo imediatamente e prosseguirá o seu programa de Jogos de Verão, que é extremamente importante para o bem-estar físico e psicológico das crianças de Gaza, muitas das quais sofrem de stress e estão traumatizadas devido às suas circunstâncias e experiências”, afirmou.

“Trata-se de mais um exemplo dos níveis crescentes de extremismo em Gaza e de mais uma prova de que é urgente modificar as circunstâncias concretas que estão a gerar esse extremismo”, acrescentou.

No final da sua visita ao Quirguistão, Alto-Comissário para os Refugiados exorta à reconciliação



O Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados apelou à continuação da calma, na sequência dos confrontos étnicos mortíferos no Sul do Quirguistão, de modo a permitir que os esforços de reconciliação ganhem ímpeto.

Segundo organismos especializados da ONU, quase todos os 7500 membros da etnia usbequistana que atravessaram a fronteira para se refugiar no Usbequistão, depois de a violência ter eclodido nas cidades quirguistanesas de Osh e Jalalabad, regressaram. Muitos estão abrigados em campos ou em casa de famílias de acolhimento, uma vez que os seus lares foram destruídos.

A 1 de Julho, antes de terminar a sua visita de dois dias à área, o Alto-Comissário António Guterres encontrou-se, em Jalalabad, com refugiados cujas casas foram destruídas pelo fogo e estão abrigados em tendas fornecidas pelo ACNUR. Embora tenham começado a limpar os escombros, expressaram a António Guterres os seus receios em relação ao próximo Inverno.

Muitos dos afectados pela violência recente também pediram a António Guterres uma melhoria da segurança, dizendo-lhe que se sentem inseguros. Outros transmitiram-lhe as suas preocupações pelo facto de haverem perdido documentos pessoais e terem dificuldade em os substituírem.

Os confrontos deslocaram pelo menos 300 000 pessoas dentro do Quirguistão.

“Todos dizem «queremos paz»”, disse António Guterres aos jornalistas, na capital quirguistanesa, Bishkek. “Ninguém diz «queremos vingança», nomeadamente aquelas pessoas cujos membros de família foram mortos”.

Reiterou o apoio do ACNUR ao Quirguistão em termos de prestação de ajuda humanitária eficaz, distribuída sem discriminação, bem como de protecção enquanto estiver em curso o processo de reconstrução.

Antes de abandonar esta nação da Ásia Central, o Alto-Comissário encontrou-se de novo com a Presidente Rosa Otunbayeva, cujo empenhamento profundo na reconciliação considerou animador.

Somália: refugiados que tentam fugir da insegurança encontram cada vez mais obstáculos



Durante uma conferência de imprensa organizada em Genebra, a 2 de Julho, o porta-voz do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), Adrian Edwards, disse que a situação na Somália, no domínio da segurança, continuava a degradar-se, impedindo agora milhares de refugiados de abandonarem o país.

Segundo os dados mais recentes do ACNUR, o fluxo de refugiados para os países vizinhos da Somália diminuiu consideravelmente em relação ao mesmo período do ano anterior. O número de chegadas ao Iémen e ao Quênia — países que acolhem tradicionalmente o maior número de refugiados somalis — reflecte uma queda acentuada. No Iémen, contam-se 6660 pessoas chegadas no primeiro semestre, em comparação com 13 801, no primeiro semestre de 2009. No Quênia, as chegadas sofreram uma diminuição de um terço, tendo

passado de 44 385, no primeiro semestre de 2009, para 29 848, no primeiro semestre deste ano.

Estes dados poderiam ser sinal de uma melhoria. Contudo, a situação “piora e a violência e as violações de direitos humanos continuam a provocar diariamente a deslocação de milhares de civis”, disse Adrian Edwards. O ACNUR estima que mais de 200 000 somalis tenham sido obrigados a abandonar os seus lares, este ano; na sua esmagadora maioria não conseguiram abandonar o país, pelo que se tornaram deslocados internos.

“Os que conseguem alcançar a segurança no estrangeiro descrevem uma situação catastrófica. Segundo refugiados acabados de chegar, é cada vez mais perigoso e mais difícil fugir da Somália. Numerosos civis deslocados estão literalmente presos numa armadilha, no interior do país”, acrescentou.

[Para mais informações](#)

Haiti: seis meses depois do terramoto, passou-se da fase de emergência à de reconstrução



Seis meses depois do tremor de terra de 12 de Janeiro, que fez mais de 200 000 mortos e um milhão de sem-abrigo no Haiti, o Programa Alimentar Mundial (PAM) alimentou cerca de 4 milhões de pessoas naquele país.

Após a ajuda alimentar de emergência, aquele organismo especializado adoptou uma estratégia a longo prazo, para construir alicerces sólidos que garantam uma verdadeira segurança alimentar a centenas de milhares de haitianos.

“Nas horas que se seguiram ao tremor de terra, o PAM forneceu uma ajuda alimentar de emergência para evitar que uma catástrofe natural se transformasse numa crise alimentar para o povo do Haiti”, afirmou a Directora do PAM, Josette Sheeran.

“Agora, trabalhamos com o Governo haitiano e outros parceiros em programas ‘alimentos e dinheiro em troca de trabalho’, distribuímos também refeições em escolas e suplementos alimentares às mulheres e às crianças mais vulneráveis”, acrescentou.

O PAM, em colaboração com organizações não governamentais (ONG) suas parceiras, lançou diversas iniciativas para

empregar temporariamente haitianos, concebidas para participar na reconstrução do país e apoiar a agricultura e a economia local.

Actualmente, 35 000 haitianos beneficiam desses programas, mas o PAM ambiciona alargá-los ainda mais, para que 140 000 pessoas sejam abrangidas até ao fim do ano, ou seja, indirectamente 700 000 indivíduos, se tivermos em conta as suas famílias.

O PAM, em colaboração com o Governo haitiano, tem instalado no terreno, desde Março, outro dispositivo fundamental de ajuda alimentar: a distribuição de refeições escolares às crianças de 5 a 16 anos. O PAM distribuiu também refeições prontas para consumir a cerca de 370 orfanatos que albergam 37 000 crianças, muitas das quais perderam os pais em consequência do tremor de terra.

Finalmente, para proteger os mais vulneráveis, o PAM lançou uma campanha alimentar, em Fevereiro, para distribuir alimentos adaptados – como uma pasta à base de amendoim – às mulheres que amamentam e às crianças de tenra idade, a fim de impedir o aparecimento de problemas de malnutrição infantil.

“Devemos manter um equilíbrio entre a ajuda alimentar aos mais vulneráveis e a necessidade de não destabilizar o mercado local ou excluir os produtores e agricultores haitianos. Logo que for possível, compraremos no mercado local os alimentos destinados a ser distribuídos”, concluiu a Directora do PAM para o Haiti, Myrta Kaulard.

Países devem intensificar esforços com vista à reinstalação dos refugiados



Numa altura em que se estima que haja 800 000 refugiados que precisarão de ser reinstalados em países terceiros, nos próximos anos, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) pediu aos países que aceitassem mais pessoas impedidas de regressar ao seu país natal, a fim de que pudessem começar uma vida nova.

“Perante o fosso crescente entre as necessidades de reinstalação e os lugares disponibilizados, é preciso agir. Espero sinceramente que mais países criem programas de reinstalação ou aumentem as oportunidades de reinstalação”, disse o Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, António Guterres.

Mais de 80% dos refugiados do mundo vivem em países em desenvolvimento, onde muitos deles não gozam de condições de segurança nem beneficiam de qualquer possibilidade de integração. Para inúmeros refugiados, a reinstalação num país terceiro é o único meio de garantir uma segurança

duradoura e de ter um novo lar. Ainda que o repatriamento voluntário continue a ser a solução preferida da maioria dos refugiados, um conflito persistente ou o receio de perseguição impedem, com frequência, as pessoas de regressarem aos seus países de origem.

Actualmente, um número ainda limitado de países participa em programas de reinstalação do ACNUR, aceitando refugiados no quadro de um sistema anual de quotas. Esses Estados oferecem 80 000 lugares, quando o ACNUR prevê que 747 000 pessoas terão necessidade de ser reinstaladas, em 2010, e 805 000, um recorde, em 2011.

“Estou muito desiludido pelo facto de os Estados da Europa não assumirem uma maior responsabilidade humanitária em matéria de reinstalação e estou seriamente preocupado, dada a situação dos refugiados que sofrem em campos e cidades de todo o mundo”, disse o Director-Geral do Gabinete sueco das Migrações que co-preside à reunião, Dan Eliasson.

[Para mais informações](#)

Novos sítios Web

e-Subscription of Latest UN Documents

Using web feeds (RSS) in your browser (Internet Explorer)
<http://undocs.org/>

General Assembly 65th session - Annotated Agenda

English, French & Spanish: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/65/100

UN Summit - 20-22 September 2010 - New York High-Level Plenary Meeting of the General Assembly

English: <http://www.un.org/en/mdg/summit2010/>
French: <http://www.un.org/fr/mdg/summit2010/>

What Will It Take To Achieve The Millennium Development Goals? An International Assessment (UNDP)

http://content.undp.org/go/cms-service/stream/asset/?asset_id=2615341

Machel Study 10-Year Strategic Review “Children and Conflict in a Changing World” – new online version

<http://www.un.org/children/conflict/machel/english/>

International Year of Youth (12 August 2010 - 11 August 2011)

Website: <http://social.un.org/youthyear/>

United Nations Girls' Education Initiative (UNGEI): “UNGEI at 10: a journey to gender equality in education” (UNICEF)

http://www.unicef.org/publications/files/UNGEI_at_10_EN_050510.pdf

Voices on Social Justice (ILO)

English: <http://www.ilo.org/public/english/sjd/index.htm>

Pode encontrar estas e muitas outras informações úteis no
Boletim da Biblioteca do UNRIC

Demolições e novos colonatos em Jerusalém Oriental podem constituir crimes de guerra



Richard Falk, Relator Especial sobre a situação em matéria de direitos humanos, nos territórios palestinos ocupados desde 1967, exortou Israel a evitar mais violações dos direitos humanos em Jerusalém Oriental, avisando que as transferências de populações provenientes dos territórios ocupados ou que tenham estes como destino constituem crimes de guerra, à luz do direito internacional. Referia-se em particular à situação de quatro palestinos ameaçados de perder o direito de residência, bem como ao plano, apresentado pelo Presidente da Câmara de Jerusalém, de demolir 22 edifícios onde residiam palestinos em Silwan, no quadro da renovação desta área.

“Se vierem a ser levadas a cabo, estas demolições violarão o direito internacional, sendo algumas delas potenciais crimes de guerra, segundo o direito internacional humanitário”, lembrou. Disse que o facto de Israel considerar a possibilidade de revogar a licença de residência dos quatro palestinos, membros ou ex-membros do Conselho Legislativo Palestino e moradores de longa data em Jerusalém Oriental, é

preocupante. O Supremo Tribunal de Justiça de Israel deverá analisar esta questão no próximo dia 6 de Setembro.

“Aquilo que é particularmente chocante é que Israel parece disposto a transferir à força estes indivíduos para outro local, baseando-se na sua pretensa falta de lealdade ao Estado de Israel”, disse. “Israel, enquanto potência ocupante, está proibida de transferir civis de Jerusalém Oriental e de forçar os palestinos a jurar fidelidade ou, de qualquer outro modo, manifestar a sua lealdade para com o Estado de Israel.”

“O direito internacional não permite que Israel proceda à demolição de casas de palestinos para conseguir espaço para o projecto do Presidente da Câmara relativo à construção de um jardim ou alguma outra coisa deste tipo,” asseverou.

“Esta situação deve ser vista no contexto da política persistente e sistemática de Israel que consiste em obrigar os palestinos a saírem de Jerusalém Oriental, nomeadamente negando-lhes autorização para construir casas, declarando-as ilegais, expulsando as suas famílias à força e destruindo, a seguir, as suas casas – tudo para permitir a criação de colonatos israelitas.”

[Para mais informações](#)

Execuções extrajudiciais: investigações nacionais não bastam



O Relator Especial das Nações Unidas sobre as Execuções Extrajudiciais, Philip Alston, apresentou, a 3 de Junho, o seu relatório anual ao Conselho de Direitos Humanos.

“Em inúmeros casos, as comissões de investigação nacionais conduzem a uma ampla impunidade. Em geral, os resultados obtidos são bastante fracos”, lamentou. Para o Relator Especial, “a comunidade internacional precisa, frequentemente, de insistir na realização de uma investigação internacional, nomeadamente nos casos graves de execuções extrajudiciais que não são objecto de uma investigação

nacional apropriada.

Philip Alston abordou também o problema dos assassinios selectivos, sublinhando que estas práticas constituíam uma violação do direito internacional. Evocou, nomeadamente, o programa dos serviços de informações da CIA, lamentando que os Estados Unidos tenham aplicado uma nova teoria segundo a qual há uma “lei de 11 de Setembro” que os autoriza a usar a força no território de outros Estados, em nome da legítima defesa e da guerra contra o terrorismo. Para o Relator Especial, esta interpretação ampla da noção de legítima defesa contribui para o enfraquecimento da proibição do uso da força consagrada na Carta das Nações Unidas.

Conselho de Direitos Humanos lança investigação a ataque contra frota que transportava ajuda humanitária para Gaza

Após dois dias de debates, o Conselho de Direitos Humanos (CDH) da ONU adoptou, a 2 de Junho, uma resolução que condena “nos termos mais enérgicos” o ataque das forças israelitas contra a frota humanitária que se dirigia a Gaza.

O CDH apela a Israel, para que “levante imediatamente o cerco à Faixa de Gaza e outros Territórios Ocupados” e “assegure a entrega, sem entraves, da ajuda humanitária, nomeadamente alimentos, combustível e medicamentos para Gaza”.

Adoptada por 32 votos a favor, 3 contra e 9 abstenções, a resolução cria uma missão de inquérito cujos membros serão designados pelo Presidente do CDH e que informará este órgão dos resultados das suas diligências, na próxima sessão.

O texto apela também à “potência ocupante israelita, para que coopere plenamente com o Comité Internacional da Cruz Vermelha, prestando informações sobre os ocupantes dos navios interceptados em águas internacionais: o local onde se encontram detidos, o seu estatuto e as condições de detenção”. Pede ainda a Israel que “liberte imediatamente todos os homens detidos e que facilite o seu regresso, em condições de segurança, aos respectivos países de origem”.

Votaram contra a Itália, os Países Baixos e os Estados Unidos. Os nove países que se abstiveram foram: a Bélgica, Burquina Faso, França, Hungria, Japão, República da Coreia, Eslováquia, Ucrânia e Reino Unido. Os 32 países que votaram a favor foram: Angola, Argentina, Barém, Bangladeche, Bolívia, Bósnia e Herzegovina, Brasil, China, Cuba, Jibuti, Egipto, Gabão, Gana, Índia, Indonésia, Jordânia, Quirguistão, Maurícia, México, Nicarágua, Nigéria, Noruega, Paquistão, Filipinas, Catar, Federação Russa, Arábia Saudita, Senegal, Eslovénia, África do Sul e Uruguai.

Peritos da ONU em direitos humanos exortam Estados a ratificarem tratado sobre desaparecimentos forçados

O Grupo de Trabalho da ONU sobre os Desaparecimentos Forçados ou Involuntários encerrou, a 25 de Junho, a sua sessão mais recente, exortando “os Estados a ratificarem a convenção e aceitarem as queixas de Estados e indivíduos, nos termos da convenção”.

A Convenção Internacional sobre a Protecção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados, que foi adoptada pela Assembleia Geral, em 2006, foi assinada por 83 países e ratificada por 18, até agora, precisando apenas de mais duas ratificações para atingir o número necessário para entrar em vigor.

O grupo de trabalho exortou também a ONU a proclamar 30 de Agosto Dia Internacional dos Desaparecidos.

Durante a sua actual sessão o grupo de trabalho examinou 10 casos comunicados nos termos do seu procedimento de acção urgente, bem como 170 novos casos de desaparecimentos forçados e

informações sobre casos aceites anteriormente.

“Os desaparecimentos forçados continuam a ser um problema mundial”, afirmou Jeremy Sarkin, Presidente e Relator do grupo. “De todas as partes do mundo, continuam a ser-nos comunicados casos”.

[Para mais informações](#)

Tortura é uma prática generalizada e prevalece a impunidade, segundo quatro mecanismos de peritos da ONU



“Não obstante a existência de um quadro internacional coerente, a tortura continua a prevalecer em muitas regiões do mundo e é acompanhada, com frequência, de um nível alarmante de impunidade”, declararam quatro mecanismos das Nações Unidas implicados na prevenção da tortura e na assistência às vítimas, por ocasião do Dia Internacional de Apoio às Vítimas da Tortura.

Os quatro mecanismos são: o Comité das Nações Unidas contra a Tortura, o Subcomité para a Prevenção da Tortura, o Relator Especial sobre a Tortura e outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradante e o Conselho de Administração do Fundo de Contribuições Voluntárias das Nações Unidas para as Vítimas de Tortura.

“A tortura está muito generalizada e certas práticas equivalentes à tortura e os tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes foram reforçados, em particular no contexto da guerra contra o terrorismo, lançada após 11 de Setembro de 2001”, afirma o grupo de peritos.

Referem que “certos Estados, invocando diferentes tipos de emergência, envolveram-se directa ou indirectamente em práticas como a detenção secreta,

os desaparecimentos, a expulsão ou a extradição de indivíduos para países onde correm o risco de ser torturados, sujeitos a outras formas de tratamento ilegal ou a penas que violam a Convenção contra a Tortura e outros instrumentos de direitos humanos e de direito humanitário”.

Os quatro mecanismos insistem em que “a proibição da tortura e de qualquer outro tratamento desumano é absoluta e não pode ser derogada, mesmo em situações de emergência”. Entendem que “os Estados devem tomar medidas eficazes nos planos jurídico, administrativo, judiciário e outros, para prevenir os actos de tortura em todos os territórios sob sua jurisdição”.

A ausência de disposições legais que criminalizem a tortura ou prevejam sanções adequadas é considerada como o principal factor de impunidade. “Os Estados devem velar por que todos os actos de tortura tenham o estatuto de crimes no seu direito penal interno e sejam puníveis por sanções que tenham em consideração a gravidade desses actos”.

Os quatro mecanismos de peritos apelam a todas a todos os Estados, para que se tornem partes na Convenção contra a Tortura e façam as declarações previstas, a fim de reconhecer a competência do Comité contra a Tortura para receber queixas individuais. Exortam também todos os Estados a ratificar o Protocolo Facultativo à mesma Convenção, uma vez que é um instrumento fundamental da prevenção da tortura e dos maus tratos.

Quênia: é necessário um tribunal especial para violência pós-eleitoral de Dezembro do 2007

Em visita ao Quênia, a Alta-Comissária da ONU para os Direitos Humanos, Navi Pillay, exortou as autoridades a reconsiderarem a criação de um tribunal especial para a violência pós-eleitoral de Dezembro de 2007.

“Garantiram-me que a opção ainda se justificava”, disse Navi Pillay. A visita da Alta-Comissária seguiu-se à do Procurador do Tribunal Penal Internacional, Luis Moreno-Ocampo, que se deslocou ao Quênia, em Maio passado, para investigar os confrontos pós-eleitorais e se encontrar com as vítimas.

Navi Pillay saudou “o envolvimento do TPI”, mas sublinhou que “por razões práticas e políticas” o Tribunal só estaria em condições de julgar os indivíduos suspeitos da prática de crime de guerra, de crime contra a humanidade e de genocídio”. Ora a violência causou a

morte de cerca de 1300 pessoas e fez várias centenas de milhares de deslocados, tendo incluído violações generalizadas, casos de fogo posto, roubos e outros crimes.

“Apelo a todos – políticos, chefes religiosos, meios de comunicação social, chefes de comunidades – para que pensem no que seria melhor para o Quênia e lhe daria mais hipóteses de ultrapassar essas tensões”, insistiu Navi Pillay.

“As dificuldades do Quênia são sérias, mas não são insuperáveis”, acrescentou. “A criação de um sistema judicial nacional independente, credível e eficaz é o melhor meio de proteger os direitos das pessoas e das comunidades”.

RDC: ONU pede investigação sobre a morte de um militante de direitos humanos

A ONU apelou às autoridades da República Democrática do Congo (RDC), a 3 de Junho, para que abrissem rapidamente uma investigação “transparente e independente” sobre a morte de um defensor de direitos humanos, Floribert Chebeya, cujo corpo fora encontrado na véspera na periferia de Kinshasa, a capital.

“A reputação de defensor de direitos humanos de que Floribert Chebeya gozava mereceu o respeito e a admiração por parte dos seus compatriotas e da comunidade internacional”, referiu, Ban Ki-moon, num comunicado.

Durante mais de dez anos, Floribert Chebeya foi um activista convicto, denunciando em particular a corrupção dos militares e as ligações entre as milícias e forças políticas estrangeiras.

“Era considerado por muitos como um pioneiro do movimento de defesa dos direitos humanos, durante a presidência de Mobutu Sese Seko. Continuou a denunciar as violações desses direitos fundamentais, quando Laurent-Désiré Kabila era presidente e quando o filho deste ascendeu ao poder”, explicou a Alta-Comissária para os Direitos Humanos, Navi Pillay.

Navi Pillay expressou a sua “profunda preocupação” com o

aumento das “intimidações e da perseguição dos defensores de direitos humanos, dos jornalistas e dos opositores políticos”, na RDC.

Por sua vez, o Relator Especial das Nações Unidas sobre execuções extrajudiciais, Philip Alston, dá conta, num relatório, de um aumento alarmante da violência exercidas contra as populações civis na zona fronteira entre a RDC, o Sudão e a República Centro-Africana (RCA). Esses ataques são atribuídos ao Exército de Resistência do Senhor (LRA) e às Forças Democráticas de Libertação do Ruanda (FDLR), bem como ao exército nacional congolês.

Esta situação prejudicial foi apontada pelas ONG em numerosas ocasiões, mas tem continuado a ser “ignorada”, lamenta Philip Alston, no seu relatório. “Continuamos a ver operações militares mal planeadas e subequipadas, o retomar dos ataques de rebeldes contra civis, a ausência de detenção de criminosos de guerra no seio do exército congolês e centenas de civis assassinados”, insistiu.

Cuba: Navi Pillay saúda decisão de libertar 52 presos políticos



A Alta-Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Navi Pillay, saudou o anúncio, feito por Cuba, da sua intenção de libertar 52 presos políticos e expressou o desejo de que a esta decisão se sigam outros avanços em matéria de direitos humanos.

“Será especialmente uma boa notícia, quando a libertação prevista dessas 52 pessoas se

tiver efectivamente concretizado”, sublinhou um porta-voz do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), Rupert Colville, a 9 de Julho.

A Sra. Pillay “espera que isso marque o início de uma série de avanços significativos para melhorar a protecção dos direitos humanos em Cuba”, acrescentou.

Cimeira de Líderes do Pacto Global termina com promessa de apoio a uma economia mundial mais sustentável



A Declaração sublinha que os princípios consagrados no Pacto Global, desde que a iniciativa foi criada, em 2000, devem ser "integrados na actividade empresarial, em todo o mundo".

"Nós, os participantes na Cimeira dos Líderes do Pacto Mundial, estamos convencidos de que, neste período crítico da história da economia mundial, a emergência de um mercado responsável, assente em princípios, é um elemento essencial da solução para os problemas actuais". Foi com estas palavras, contidas na "Declaração de Nova Iorque", que terminou a Cimeira, que reuniu mais de 1200 líderes empresariais, ministros e representantes da sociedade civil.

"Os futuros avanços em matéria de integração mundial, de desenvolvimento sustentável, de protecção do nosso planeta e, em última análise, da paz dependem, em grande medida, da nossa capacidade de enfrentarmos estes problemas colectivamente", afirmou.

Dizem ainda que "estão determinados a tornar a economia mundial mais sustentável e inclusiva, através da adopção de práticas responsáveis" e que "o êxito do mercado e a liderança política estão ligados", pelo que os governos deverão promover condições favoráveis ao empreendedorismo e à inovação, apoiar um sistema comercial internacional aberto e isento de discriminação e adoptar medidas que estimulem a redução das emissões de gases de efeitos de estufa e promovam a energia limpa.

Novo relatório da ONU pede revisão geral dos sistemas mundiais de finanças, ajuda e comércio



Superar as graves fragilidades reveladas pela crise económica mundial não será fácil e exigirá uma revisão geral dos mecanismos mundiais financeiros, comerciais e de ajuda, afirma um novo relatório da ONU, o *World Economic and Social Survey 2010*, publicado a 29 de Junho.

"O relatório deste ano examina as perspectivas do desenvolvimento mundial após a crise e conclui que é necessário encontrar um novo equilíbrio para a economia mundial, a fim de a tornar sustentável", afirmou Rob Vos, Director da Divisão de Análise das Políticas de Desenvolvimento do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais (DESA).

"Para isso, o relatório sustenta serem necessários mecanismos muito mais eficazes de governação económica mundial, o que exige uma revisão geral dos mecanismos existentes", disse.

O estudo, intitulado "Novas Ferramentas para o Desenvolvimento Mundial", observa que a crise financeira oferece uma oportunidade de se reexaminar e reformar o sistema mundial de governação, de modo a tirar-se partido da interdependência económica para vencer a pobreza, em vez de permitir que essa interdependência se torne uma fonte de instabilidade e de maiores desigualdades.

Os processos internacionais de ajuda e de comércio devem ser objecto de uma reforma, a fim de assegurar que os governos disponham da margem de manobra política necessária para experimentar soluções adequadas às situações locais.

Segundo o relatório, para que a economia mundial encontre um novo equilíbrio sustentável, é necessária uma coordenação muito mais estreita de todo o sistema comercial, do novo regime de regulamentação do sistema financeiro internacional, do sistema mundial de reserva e dos mecanismos de mobilização e concessão de fundos para o desenvolvimento e para a luta contra as alterações climáticas.

[Para mais informações](#)

Crises mundiais não têm de dificultar a consecução dos ODM, segundo Administradora do PNUD

"Se quisermos realizar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) dentro do prazo fixado, 2010 terá de desencadear cinco anos de progressos acelerados", disse Helen Clark, Administradora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), afirmou, a 9 de Junho.

"Esses avanços têm de chegar aos países, comunidades e grupos marginalizados que deixámos ficar para trás – ignorados, descurados e sem possibilidade de beneficiar dos progressos realizados noutras localidades", declarou em Madrid, na Conferência sobre Cooperação para o Desenvolvimento em Tempo de Crise e sobre a Consecução dos ODM.

"Em termos simples, a promoção dos ODM será um marco importante na nossa busca de um mundo mais justo e mais pacífico", declarou.

Em Setembro, terá lugar na sede da ONU, em Nova Iorque, uma cimeira destinada

a avaliar os progressos realizados, que, segundo Helen Clark, têm sido desiguais entre os vários Objectivos e no interior das várias regiões e países. A cimeira oferece uma oportunidade de gerar um novo dinamismo em torno dos ODM, observou.

"O que é necessário na Cimeira de Nova Iorque é um acordo entre os líderes mundiais sobre um programa de acção concreto destinado a assegurar a consecução dos ODM até 2015", afirmou.

"Embora estejamos manifestamente a viver tempos difíceis, tanto para os países desenvolvidos como para os países em desenvolvimento, a mensagem que quero transmitir-vos hoje é que a realização dos ODM é possível".

[Para mais informações](#)



WHAT WOULD YOU SAY...
If you had the chance to talk to world leaders?

ONU convida "Cidadãos Embaixadores" a filmarem a luta contra a pobreza em acção

A 23 de Junho, a ONU lançou um concurso de vídeo convidando pessoas do mundo inteiro, especialmente jovens, a dizerem aos dirigentes o que os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) contra a pobreza significam para si, através de pequenos filmes que devem enviar para o canal YouTube das Nações Unidas.

"Use a sua voz como cidadão global para dizer aos dirigentes mundiais, num vídeo de curta duração, o que pensa que é necessário fazer para tornar este mundo um sítio melhor e mais seguro", diz-se no [sítio Web do concurso](#), que contém também mensagens do Secretário-Geral Ban Ki-moon e dos Embaixadores de Boa Vontade do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) Angélique Kidjo e Youssou N'Dour.

Enquanto o concurso estiver a decorrer, serão colocados no sítio Web vídeos em que figuram os Mensageiros da Paz da ONU Stevie Wonder e a Princesa Haya da Jordânia, os Embaixadores da Paz da UNICEF Lionel Messi e Jackie Chan, e a Embaixadora de Boa Vontade do Programa

das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) Maria Sharapova.

Até 23 de Agosto, as pessoas poderão colocar no sítio do concurso pequenos vídeos respondendo a perguntas como "O que está a sua comunidade, cidade ou país a fazer para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio?" ou "Como pode a comunidade internacional trabalhar melhor em conjunto, para realizar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio?"

Os nomes dos seis vencedores serão anunciados durante a cimeira sobre os ODM, que terá lugar em Setembro, em Nova Iorque. Os vencedores encontrar-se-ão com o Secretário-Geral no Dia das Nações Unidas 2010, que se celebra a 24 de Outubro.

[Para mais informações](#)

Novo relatório sobre situação económica nos territórios árabes ocupados

Embora se tenha registado uma certa melhoria da situação económica no território palestino ocupado, as condições mantêm-se precárias, em particular em Gaza, afirma o relatório anual da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a situação dos trabalhadores nos territórios árabes ocupados.

Segundo o relatório, esses progressos devem-se a uma aceleração da taxa de crescimento e a uma taxa de emprego ligeiramente mais elevada, embora ainda baixa, em comparação com a do resto do mundo.

Devido ao bloqueio quase total da Faixa de Gaza, o crescimento não se distribuiu uniformemente por Gaza e a Cisjordânia. A persistência do conflito travou a recuperação da economia, uma década após o início da segunda Intifada.

“Quanto mais tempo durar o bloqueio, mais comprometerá as perspectivas de futuro dos trabalhadores e das suas famílias, em particular as da geração mais jovem”, acrescenta o relatório, que foi preparado para a Conferência Internacional do Trabalho, que abriu

a sua sessão a 2 de Junho, em Genebra.

“As restrições em matéria de circulação e de acesso constituem os principais obstáculos ao desenvolvimento económico e ao estabelecimento de um tecido social normal nos Golã sírios ocupados. Os cidadãos sírios têm uma grande dificuldade em arranjar trabalho e conseguir uma fonte de rendimento que lhes permita preservar a sua identidade árabe síria”.

Na sua introdução ao relatório, o Director-Geral da OIT, Juan Somavia, associa-se ao apelo do Gabinete do Coordenador Especial das Nações Unidas para o Processo de Paz no Médio Oriente, que sublinhou que é primordial que a comunidade internacional continue a apoiar os esforços da Autoridade Palestiniana com vista a construir um Estado.

Segundo o relatório, integrar o emprego deve ser um elemento essencial de todas as actividades públicas que visam permitir que o sector privado se desenvolva.

[Para mais informações](#)

FAO: alternativas às aquisições em grande escala de terras nos países em desenvolvimento



Os investimentos na agricultura dos países em desenvolvimento podem ser estruturados, em alternativa às aquisições em grande escala de terras, segundo um relatório publicado, a 22 de Junho, pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

“O investimento agrícola pode favorecer os países em desenvolvimento, mas as grandes aquisições de terras comportam riscos elevados, pois as populações perdem o acesso à terra e aos recursos que exploraram ao longo de gerações”, explica o Director de Investigação do Instituto Internacional para o Ambiente e o Desenvolvimento (IIED), Lorenzo Cotula.

“Os investimentos mais promissores são os que apoiam os pequenos agricultores locais e não as grandes plantações”, acrescenta.

O relatório, publicado pelo IIED, considera que as directivas internacionais em matéria de investimento agrícola deveriam promover modelos de investimento que ofereçam mais oportunidades aos pequenos agricultores locais.

O documento apresenta diversos tipos de colaboração de que os grandes investidores e os pequenos agricultores podem retirar benefícios mútuos: agricultura sob contrato, contratos de gestão, arrendamento e parceria, empresas comuns, empresas controladas pelos agricultores e ligações empresariais a montante e a jusante.

Não existe um modelo único que se imponha como solução válida em todas as circunstâncias para os pequenos agricultores. Para oferecer vantagens a estes, preservando o interesse dos investidores, cada contexto específico deve ter em conta o regime fundiário local, as políticas, a cultura, a história e considerações biofísicas e demográficas.

[Para mais informações](#)

Preços dos produtos alimentares poderão aumentar 40% na próxima década



seus hábitos alimentares devido ao aumento dos seus rendimentos.

O relatório, publicado em conjunto com a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (OCDE), observa que a produção agrícola mundial abrandará na próxima década.

Os preços mundiais dos alimentos poderão aumentar até 40% na próxima década, enquanto a população mundial continua a aumentar, diz um relatório da Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) divulgado hoje.

Intitulado *Agriculture Outlook 2010-19*, o relatório prevê que os preços do trigo e dos cereais secundários aumentem para níveis 15% a 40% superiores aos do período entre 1997 e 2006, enquanto os preços do óleo vegetal e dos produtos lácteos também deverão aumentar mais de 40%.

As subidas dos preços de produtos de origem animal não deverão ser tão acentuadas, mesmo numa situação de procura crescente de carne, procura essa que deverá ultrapassar a de outros produtos, à medida que alguns segmentos da população das economias emergentes forem modificando os

O documento apela ao reforço da produção e da produtividade agrícolas, bem como ao estabelecimento de um sistema comercial baseado em regras, que funcione bem e que seja susceptível de incentivar a concorrência leal e de assegurar que os produtos alimentares possam ser encaminhados das zonas excedentárias para as deficitárias.

“O papel dos países em desenvolvimento nos mercados internacionais está a aumentar rapidamente, e, à medida que o seu impacto for crescendo, as suas políticas também influenciarão mais as condições nos mercados mundiais”, disse Jacques Diouf, Director-Geral da FAO, por ocasião do lançamento do relatório, em Roma.

Dia Mundial da População: “Todos contam”



Sem dados demográficos seguros, é impossível preparar o futuro. É, pois, necessário contar todas as pessoas para garantir que todas as pessoas contem. É esta a mensagem do Dia Mundial da População, em 2010.

Por ocasião do Dia Mundial da População, cujo tema, em 2010, é “Todos contam”, a ONU lembra a importância crucial de dispor de dados precisos sobre a evolução da população, para garantir o êxito das políticas de desenvolvimento e a realização dos ODM.

A 11 de Julho de 1987, a população mundial ascendia a 5 mil milhões de pessoas. A 11 de Julho de 2010, aproxima-se dos 6,8 mil milhões. A 11 de Julho de 2050, ultrapassará os 9 mil milhões. Em sessenta anos, o número de habitantes da Terra irá quase duplicar. Estas previsões, tal como as tendências demográficas dos países, das cidades, das regiões ou dos continentes do planeta, têm uma influência determinante na luta contra a pobreza, na promoção do desenvolvimento, nas políticas de saúde pública, na luta contra o VIH/SIDA e nos investimentos que é preciso fazer na educação, na promoção da igualdade de género e no empoderamento das mulheres.

O Secretário-Geral da ONU sublinhou esta dimensão. Para Ban Ki-moon, “ser contado é ser visível”, o que é fundamental para os mais vulneráveis, mulheres, crianças, jovens e marginalizados.

Na sua mensagem alusiva ao Dia, Thoraya Ahmed Obaid, Directora Executiva do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA), lembra que “a dinâmica da população — nomeadamente as taxas de crescimento, a pirâmide etária, a fecundidade e a mortalidade e a migração — influencia todos os aspectos do desenvolvimento humano, social e económico”.

Para Thoraya Ahmed Obaid, “os censos, os inquéritos e as estatísticas do Estado fornecem dados de uma importância decisiva para orientar os planos, políticas e programas destinados a melhorar a vida de todos”.

[Para mais informações](#)

ONU exorta a que se aproveite potencial das ciências sociais

As ciências sociais, durante muito tempo dominadas exclusivamente pelas universidades ocidentais, ganham terreno na Ásia e na América Latina, segundo um relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Conselho Internacional das Ciências Sociais (CICS), publicado a 25 de Junho.

Segundo o estudo, intitulado *World Social Science Report: Knowledge Divides*, a América do Norte e a Europa representam 75% das revistas especializadas publicadas no mundo. Destas, 85% são publicadas parcial ou totalmente em inglês. Um quarto das revistas é publicado nos Estados Unidos e as disciplinas que são objecto de um maior número de publicações no mundo são a economia e a psicologia. Dois terços das revistas de ciências sociais são publicadas nos Estados Unidos, no Reino Unido, nos Países Baixos e na Alemanha.

O relatório da UNESCO e do CICS salienta também a evolução registada nas diferentes regiões do mundo. Apesar do desequilíbrio, os autores do relatório comprovam que o crescimento mais acentuado do número de artigos publicados se registou na América Latina e na Europa. Em contrapartida, na Federação Russa e na Comunidade de Estados Independentes, registou-se um forte declínio. Na África Subsariana, três quartos das publicações no domínio das ciências sociais emanam de umas quantas universidades situadas principalmente em três países: África do Sul, Quênia e Nigéria.

[Para mais informações](#)

Rede Mundial de “Cidades Amigas das Pessoas Idosas”



Perante o envelhecimento rápido das populações registado no mundo inteiro, a Organização Mundial de Saúde (OMS) lançou, a 30 de Junho, a “Rede Mundial de Cidades Amigas das Pessoas Idosas”. O objectivo é criar um ambiente urbano que permita que as pessoas idosas se mantenham activas, gozem de saúde e continuem a participar na vida social da sua comunidade.

Para John Beard, Director do Departamento Envelhecimento e Qualidade de Vida da OMS, “os governos, a todos os níveis, começam a aperceber-se da importância da transição demográfica. Há já alguns anos que se procuram soluções para o problema. O Programa da OMS «Cidades Amigas das Pessoas Idosas» oferece soluções concretas”.

“As pessoas idosas são um recurso vital, muitas vezes negligenciado, para as famílias e a sociedade”, declarou John Beard, por ocasião do lançamento da Rede Mundial. “Só se terá plena consciência desse contributo se as pessoas idosas se

mantiverem saudáveis e se os obstáculos que as impedem de participar na vida da sua comunidade forem superados”, acrescentou.

O ponto de partida da iniciativa da OMS remonta a 2006, ano em que a organização identificou as características essenciais do ambiente urbano propícias a um envelhecimento activo e com saúde.

Realizados em 33 cidades do planeta, os trabalhos de investigação confirmaram que o mais importante para as pessoas idosas é ter acesso aos transportes públicos, aos espaços ao ar livre e aos edifícios, bem como dispor de habitação adaptada, integrada numa comunidade social, e de serviços sociais, especialmente médicos.

[Para mais informações](#)

ONU procura melhorar impacto das leis na luta contra o VIH



significativos a respostas eficazes ao VIH/SIDA; precisamos de um quadro legal e político que garanta a promoção dos direitos humanos, especialmente dos direitos fundamentais dos mais vulneráveis, como as pessoas seropositivas”, referiu a Administradora do PNUD, Helen Clark.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lançou, a 24 de Junho, com o apoio do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o VIH/SIDA (ONUSIDA), uma Comissão Mundial sobre o VIH e o Direito.

A Comissão é constituída por responsáveis políticos e peritos nos domínios do direito, da saúde pública, dos direitos humanos e da luta contra o VIH/SIDA, procedentes vindos do mundo inteiro. Estarão encarregados de reunir e trocar informações sobre o impacto das leis nacionais e da sua aplicação na vida das pessoas infectadas pelo VIH/SIDA. A Comissão emitirá recomendações sobre as alterações legislativas eventualmente necessárias para que as leis estejam ao serviço do acesso universal à prevenção, ao tratamento e aos cuidados, e não os dificultem.

“Neste momento, cerca de 106 países têm ainda legislações e políticas que representam obstáculos

Cerca de trinta anos depois do aparecimento da epidemia do VIH/SIDA, inúmeros países continuam, com efeito, a ter uma legislação que tem uma influência negativa na epidemia, quer porque põe em causa o acesso à prevenção e aos tratamentos, quer porque legitima a discriminação de que são alvo os portadores do vírus, quer ainda porque pune, em vez de proteger, as pessoas doentes.

“Mudando os quadros jurídicos negativos, podemos ajudar os dirigentes de amanhã a conseguir uma geração sem VIH/SIDA”, sublinhou o Director Executivo do ONUSIDA, Michel Sidibé, antes de precisar que a eliminação das leis punitivas contra as populações de risco ou os doentes é hoje em dia, uma das prioridades do seu organismo.

[Para mais informações](#)

Morte no parto: um escândalo a que é necessário pôr termo



os progressos no domínio da saúde materna e realizar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) até 2015”.

“Simples análises de sangue, simples consultas médicas e a ajuda de pessoal qualificado no momento do parto podem mudar significativamente as coisas”, insistiu o Secretário-Geral, que participava numa conferência internacional sobre saúde materna, organizada em Washington e que contou com representantes de 140 países.

O Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, pediu que se redobrassem os esforços para pôr termo ao “escândalo” das mortes de mulheres durante o parto. Lembrou que procedimentos médicos simples, como a higiene das salas de parto ou a presença de parteiras, bastariam para reduzir consideravelmente as taxas de mortalidade relacionada com o parto.

Ban Ki-moon apelou “os governos, aos serviços de saúde dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento, às organizações internacionais, às empresas e fundações privadas, às organizações não governamentais e à sociedade civil”, para que criem “uma parceria sólida para a adopção de um Plano de Acção comum, a fim de acelerar

“Invistam nas mulheres. Compensa. É um dos melhores investimentos que podemos fazer a favor desta geração e das próximas. Trabalhemos em conjunto para que 2010 seja um ano decisivo para a preservação da saúde das mulheres”, acrescentou.

Segundo Ban Ki-moon, os esforços para resolver os problemas de saúde das mulheres não serão bem sucedidos se não forem acompanhados de acção para pôr fim à discriminação de género.

[Para mais informações](#)

OIT aprova norma internacional sobre VIH e Sida e o mundo do trabalho*

Histórica foi uma das palavras mais utilizadas para definir o resultado alcançado com a votação da primeira norma internacional dos direitos humanos sobre VIH e sida e o mundo do trabalho (439 votos a favor e 4 contra).

A prevenção e o combate à discriminação e o estigma devem estar na linha da frente das acções a adoptar, até porque o receio da discriminação e do estigma é, em muitos casos, uma das razões da ausência de prevenção.

A 99ª Conferência Internacional do Trabalho aprovou, dia 17 de Junho de 2010, a primeira norma internacional dos direitos humanos consagrada ao VIH e sida e o Mundo do Trabalho.

A Recomendação sobre o VIH e sida e o mundo do trabalho, 200, assim como uma Resolução relativa à sua promoção e aplicação resultam de dois anos de intenso debate a nível tripartido e contém disposições relativas a:

Programas de prevenção e medidas de não discriminação, aplicáveis a nível nacional e a nível das empresas, reforçando a contribuição e o papel que o mundo do trabalho pode dar para o acesso universal à prevenção, ao tratamento e apoio no combate ao VIH e ao sida.

A Resolução que acompanha a Recomendação convida o Conselho de Administração do BIT a atribuir recursos para apoiar a entrada em vigor desta norma e pede aos seus 183 Estados Membros que produzam regularmente relatórios sobre a sua aplicação.

A Recomendação sobre o VIH e sida e o mundo do trabalho conta já com o apoio da ONUSIDA e da OMS.

Segundo a presidente da Comissão encarregue de preparar a adopção deste novo instrumento, Thembi Nene-Shezi (África do Sul) esta Comissão «fez história» e afirmou que «este instrumento deve ser motivo de orgulho para a OIT e seus constituintes».



A Directora executiva da ONUSIDA Jan Beagle considerou que esta norma tem um «grande enfoque na protecção e na promoção dos direitos».

Maria Neira, Directora do Departamento de Saúde Pública e Ambiente da OMS, afirmou que «a implementação da nova norma no local de trabalho não só apoia os direitos humanos, mas dá um imenso contributo para a prevenção de todos os modos de transmissão do VIH».

A Directora do Departamento da OIT responsável pelo VIH/sida e o mundo do trabalho, Sophia Kisting exprimiu com muita satisfação os resultados alcançados considerando que «fizemos história» e que «este instrumento demonstrou o verdadeiro poder do diálogo social» e que o objectivo que se fixaram «é alcançável» e que mesmo que não concordemos com todos os pontos de vista, nem com aquilo que for foi

decidido, deve ter em conta que o único inimigo que está entre nós é o vírus da sida.

Esta Recomendação é também a primeira norma internacional da OIT a referir a igualdade de género e é das mais abrangentes, ao incluir todas as categorias de trabalhadores e trabalhadoras, incluindo economia formal e informal, trabalho voluntário e forças militarizadas.

As versões oficiais da Recomendação 200 sobre o VIH, sida e o mundo do trabalho, 2010 e da Resolução relativa à promoção e aplicação da Recomendação sobre o VIH, sida e o mundo do trabalho, 2010 podem ser consultadas, nas três línguas, nas ligações abaixo.

http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---relconf/documents/meetingdocument/wcms_141900.pdf - Versão em espanhol da Recomendação 200

http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---ilo_aids/documents/normativeinstrument/wcms_142008.pdf - Versão em inglês e francês da Recomendação 200

http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---ilo_aids/documents/normativeinstrument/wcms_141921.pdf - Versão em espanhol da Resolução

http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---ilo_aids/documents/normativeinstrument/wcms_141898.pdf - Versão em inglês e francês da Resolução

* Colaboração do Escritório da OIT em Lisboa

OIT apelou ao fim do trabalho infantil



Ao aproximar-se o pontapé de saída do Mundial na África do Sul, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) apelou ao mundo, para que não se esqueça da situação dramática dos cerca de 215 milhões de crianças que têm de trabalhar para sobreviver, não usufruindo dos benefícios da educação nem do desporto.

"Um golo contra o trabalho infantil" foi o apelo da OIT à comunidade internacional, ao aproximar-se o Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, assinalado a 12 de Junho. O organismo das Nações Unidas está a pedir atenção especial para a meta de eliminar as piores formas de trabalho infantil até 2016.

"Enquanto milhares de milhões de pessoas se deixam envolver no entusiasmo do Mundial de Futebol, cerca de 215 milhões de crianças trabalham para sobreviver. Ir à escola e brincar são luxos para elas. O avanço em direcção ao fim do trabalho infantil está a abrandar e não estamos bem encaminhados, se quisermos acabar com as piores formas do flagelo até 2016", disse Juan Somavia, Director-Geral da OIT.

Segundo a OIT, serão realizados, em mais de 60 países, eventos para assinalar o Dia Mundial contra o Trabalho Infantil. Muitas das actividades destinam-se também a chamar a atenção para a iniciativa "Cartão vermelho contra o trabalho infantil", promovida pela OIT, que inclui a publicação de um guia de recursos, em conjunto com a FIFA, que visa usar o futebol para apoiar o trabalho desenvolvido no âmbito de projectos relacionados com a eliminação do trabalho infantil.

99ª. Conferência Anual da OIT: Juan Somavia apresenta relatório anual

Na abertura da 99ª Conferência Internacional do Trabalho, a 2 de Junho, em Genebra, o Director-Geral da OIT, Juan Somavia, apresentou o seu relatório anual, intitulado *Recovery and Growth with Decent Work*. O documento reflecte preocupação perante a crescente instabilidade dos mercados financeiros e a crise da dívida soberana na Europa, considerando que poderiam pôr em causa os esforços mundiais a favor do relançamento da economia e do emprego.

"Os grandes actores internacionais colocaram o objectivo da qualidade do emprego no centro dos planos de relançamento", diz o documento redigido por Juan Somavia. "Estamos cada vez mais preocupados. O avanço em direcção a esse objectivo poderia estar comprometido devido a um novo agravamento da crise financeira".

O Director da OIT adverte igualmente que, apesar dos sinais de uma "modesta recuperação da economia, surgiu o risco de uma nova fase da crise financeira, devido à dívida soberana, comprometendo as perspectivas de crescimento de certos países, expondo potencialmente a economia mundial e suscitando novas dúvidas quanto à estabilidade do sistema monetário e financeiro internacional".

"No período decisivo que nos espera, muitas opções em termos de políticas públicas e privadas implicarão uma escolha entre valores humanos e valores de mercado; entre os interesses do sector financeiro e os da economia produtiva; entre as secções da sociedade que irão suportar os custos da crise e as formas de proteger melhor e empoderar os mais vulneráveis", declarou Juan Somavia.

[Para mais informações](#)

Seguro contra riscos climáticos oferece protecção a agricultores pobres



no Global Risk Forum, em Davos, identifica os princípios fundamentais que podem ajudar a promover uma utilização mais ampla dos seguros indexados ao clima e descreve a forma como os doadores e os governos podem apoiar esse esforço.

“O seguro contra riscos climáticos traz benefícios mútuos pois ajuda os pequenos agricultores a enfrentarem melhor os riscos relacionados com as suas actividades agrícolas e incentiva um maior investimento dos sectores público e privado nas zonas rurais, uma coisa que o IFAD considera que pode constituir um apoio adicional para os pequenos agricultores e para as suas comunidades”, declarou Kevin Cleaver, Vice-Presidente Associado daquele organismo.

“O seguro contra riscos climáticos pode reduzir a necessidade de operações de emergência dispendiosas, ao preparar para uma catástrofe, evitando que haja necessidade de se procurarem soluções para as suas consequências”, disse Carlo Scaramella, Coordenador do PAM para as Alterações Climáticas e a Redução dos Riscos de Catástrofes.

O estudo, divulgado pelo PAM e pelo Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (IFAD) [Para mais informações](#)

Avanços na definição dos pormenores do regime mundial sobre alterações climáticas



As conversações sobre as alterações climáticas promovidas pelas Nações Unidas em Bona – com início a 31 de Maio e a duração de duas semanas – realizaram progressos importantes no sentido de concluir o que ficou incompleto na Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas que teve lugar em Copenhaga em 2009.

O documento final deverá ser apresentado na Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas em Cancún (COP 16), no final deste ano.

“Agora, será possível dar um grande passo em Cancún, sob a forma de um pacote completo de medidas operacionais susceptíveis de permitir que os países tomem medidas mais rápidas e mais vigorosas em todas as áreas das alterações climáticas”, disse Yvo de Boer.

Na reunião, foram feitos progressos no que respeita aos pormenores [Para mais informações](#)

concretos da forma como o regime irá funcionar na prática. O Grupo de Trabalho ad hoc sobre Cooperação a Longo Prazo realizou conversações pormenorizadas sobre a redução dos gases com efeito de estufa, a adaptação aos efeitos inevitáveis das alterações climáticas, a transferência de tecnologias limpas, a redução das emissões geradas pela desflorestação e o reforço de capacidades, bem como disposições financeiras e institucionais.

Reuniu-se igualmente em Bona um segundo grupo de trabalho sobre acções futuras no domínio do clima, que se debruçou sobre os compromissos em matéria de redução das emissões a assumir pelos 37 países industrializados que ratificaram o Protocolo de Quioto. Neste grupo, os países iniciaram o trabalho no sentido de converter as promessas de redução das emissões feitas pelos países desenvolvidos desde a Conferência de Copenhaga em metas que possam ser formalmente comparadas no contexto de negociações das Nações Unidas.

Ban Ki-moon pede aos líderes do G20 para investirem na economia "verde"



Durante a Cimeira dos Líderes do G20, em Toronto, no Canadá, o Secretário-Geral Ban Ki-moon pediu aos líderes do Grupo dos 20 (G20) para intensificarem o investimento em energias limpas e na economia verde, no quadro dos esforços para realizar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

“Os riscos – e os custos – da inacção em relação às alterações climáticas aumentam de ano para ano. Quanto mais adiarmos, mais elevado será o preço que teremos de pagar”, disse o Secretário-Geral aos líderes das vinte economias industrializadas e em desenvolvimento, durante um almoço de trabalho, a 27 de Junho.

No discurso proferido no mesmo dia, o Secretário-Geral instou os membros do G20 a reconhecerem publicamente os progressos [Para mais informações](#)

realizados em Dezembro passado nas conversações das Nações Unidas sobre as alterações climáticas em Copenhaga, na Dinamarca, e a avançarem, juntamente com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (CQNUAC), em direcção à “obtenção de um resultado significativo e realista” na cimeira que irá ser acolhida no final deste ano pelo Presidente mexicano, Felipe Calderón, em Cancún.

Pedi igualmente aos governos que tomassem medidas concretas com vista a cumprir a promessa, feita em Copenhaga pelos países industrializados, de concederem 100 mil milhões de dólares de ajuda, por ano, aos países em desenvolvimento para atenuar os efeitos das alterações climáticas.

Sectores da agricultura e da energia deverão contribuir para sustentabilidade do desenvolvimento futuro

A forma como o mundo lida com os sectores da agricultura e da energia será um factor crucial do desenvolvimento no século XXI e determinará, em grande medida, se o crescimento será sustentável para milhares de milhões de pessoas, afirma um novo relatório elaborado com o apoio das Nações Unidas.

Numa altura em que a produção e o consumo de combustíveis fósseis e de alimentos estão a depauperar os recursos de água doce, a causar perdas ao nível das florestas e outros ecossistemas e a aumentar os níveis de poluição, o estudo conclui que reformar, repensar e rever a forma como os habitantes do planeta são alimentados e consomem combustíveis poderá trazer benefícios ambientais, sociais e económicos.

O relatório salienta que a realização dos objectivos da sustentabilidade começa em casa, modificando radicalmente os sistemas de aquecimento e refrigeração, a forma como são utilizados dispositivos e electrodomésticos e a forma como as pessoas se deslocam.

Assumindo uma posição talvez controversa, o relatório – preparado pelo Painel Internacional sobre a Gestão Sustentável de Recursos – também preconiza uma transição dos regimes alimentares à base de proteínas animais para uma alimentação à base de vegetais, a fim de reduzir as pressões sobre o ambiente.

“Desligar o crescimento da degradação ambiental é o principal desafio que os governos enfrentam num mundo caracterizado por uma população crescente, pela subida dos rendimentos, por maiores exigências ao nível do consumo e pela questão persistente da redução da pobreza”, disse Achim Steiner, Director Executivo do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA).

[Para mais informações](#)

Centro de energias renováveis para a África Ocidental abre em Cabo Verde



Abriu, a 6 de Julho, em Cabo Verde, um novo centro regional destinado a ajudar a desenvolver o potencial de energias renováveis da África Ocidental, anunciou a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), que está a dar apoio ao centro.

O Centro para as Energias Renováveis e a Eficiência Energética (CEREE), um organismo especializado da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), tem sede na Cidade da Praia, a capital de Cabo Verde, e conta com o apoio da UNIDO e dos governos da Áustria, Cabo Verde e Espanha.

O novo centro ajudará a desenvolver os mercados das energias renováveis e da eficiência energética na África

Ocidental, a formular políticas, a reforçar capacidades e a criar mecanismos de garantia de qualidade, bem como a elaborar planos de financiamento. Irá igualmente executar projectos de demonstração susceptíveis de ser ampliados à escala regional.

"Os sistemas energéticos que existem actualmente na região da CEDEAO não estão a conseguir apoiar as perspectivas de crescimento dos mais de 262 milhões de habitantes, especialmente as necessidades dos pobres. A criação do CEREE representa um marco fundamental nos esforços para acelerar a implantação de serviços e tecnologias baseados nas energias renováveis e na eficiência energética", disse Yoshiteru Uramoto, assessor do Director-Geral da UNIDO.

"Investir em sistemas de energias renováveis e introduzir tecnologias assentes na eficiência energética contribuirá para o desenvolvimento económico e social da região, sem prejudicar o ambiente", acrescentou.

[Para mais informações](#)

Comissão Oceanográfica da UNESCO celebra 50 anos



A Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI) celebrou, a 8 de Junho, o seu cinquentenário, uma oportunidade para fazer um balanço da sua acção a favor da melhoria dos conhecimentos acerca dos mares e dos oceanos e da influência destes na regulação do clima.

"Em parceria com outros organismos da ONU e várias centenas de laboratórios de investigação marinha e oceanográfica, a COI desempenha um papel fundamental na resposta a alguns dos grandes desafios que o mundo enfrenta", sublinhou a Directora-Geral da UNESCO, Irina Bokova, durante a celebração deste quinquagésimo aniversário, na sede da Organização em Paris.

Entre os desafios, figuram a identificação e a protecção da diversidade biológica marinha, a vigilância das alterações climáticas e a coordenação dos sistemas de alerta de tsunamis. Para Irina Bokova, "nunca como hoje a COI foi tão indispensável".

Neste dia, a COI enviou uma "Mensagem aos povos e às nações do mundo em nome do Oceano". A Mensagem recorda que "os resíduos da nossa sociedade, que procedem da agricultura, da indústria e de uma população urbana crescentes, são lançados nos solos e na atmosfera e reaparecem nas frágeis águas costeiras e até no centro das massas aquáticas". Segundo o texto, devemos "reconhecer, colectivamente e sem qualquer ambiguidade, a importância dos oceanos para a nossa existência no planeta. O oceano purifica o ar que respiramos, influencia o tempo, o clima e a água de que dependemos".

A mensagem é acompanhada de um "Apelo pelo oceano", em que se pede aos responsáveis pela tomada de decisões que atribuam mais importância aos programas de gestão das costas e dos oceanos bem como às ciências e tecnologias oceanográficas.

Além das celebrações deste cinquentenário, no Dia Mundial dos Oceanos tiveram lugar a inauguração de uma exposição sobre a COI na sede da UNESCO, bem como a apresentação do livro *Troubled Waters: Ocean Science and Governance*, de Geoff Holland e David Pugh (Cambridge University Press).

Recuperação de ecossistemas danificados pode gerar riqueza e emprego



Recuperar florestas, lagos e outros tipos de reservas naturais que estão danificadas ou depauperadas pode gerar riqueza, criar empregos e tornar-se um meio de atenuar a pobreza, afirma um relatório do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA) que foi lançado hoje.

O relatório identifica milhares de projectos de recuperação de ecossistemas no mundo inteiro e descreve mais de 30 iniciativas que estão a transformar a vida de comunidades e países de todo o planeta.

Intitulado *Dead Planet, Living Planet: Biodiversity and Ecosystem Restoration for Sustainable Development*, o relatório salienta que, longe de representarem um custo para o crescimento e o desenvolvimento, muitos investimentos em recursos da natureza degradados podem gerar retornos substanciais e múltiplos.

"Este relatório visa transmitir duas mensagens fundamentais aos governos, às comunidades e aos cidadãos, no Dia

Mundial do Ambiente e em 2010, Ano Internacional da Biodiversidade, a saber: os prejuízos causados pela recente crise económica não são nada em comparação com os que a má gestão de recursos naturais e da natureza está a causar ao desenvolvimento", disse Achim Steiner, Director Executivo do PNUA.

"O investimento e reinvestimento bem planeados no restabelecimento destas grandes infra-estruturas naturais e da natureza não só têm uma taxa de retorno elevada, como serão fulcrais, se não fundamentais, para a sustentabilidade num mundo de aspirações, populações e rendimentos crescentes e de solicitações cada vez maiores aos recursos naturais do planeta", disse Achim Steiner em Kigali, no Ruanda.

O relatório salienta que manter e gerir ecossistemas actualmente intactos deve ser a principal prioridade. No entanto, atendendo a que mais de 60% dos ecossistemas, desde pântanos e recifes de corais a florestas e solos, já estão degradados, deve-se atribuir igual prioridade à sua recuperação.

[Para mais informações](#)

Convenção sobre comércio de espécies selvagens ameaçadas celebra 35º aniversário



A Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES) celebrou, 1 de Julho, o seu 35º aniversário, tendo aproveitado o momento para exortar à implementação de novas normas adequadas sobre os produtos de consumo fabricados a partir de espécies animais e vegetais selvagens, como os medicamentos, os produtos de beleza ou os artigos de moda.

"Embora nenhuma das 34 000 espécies protegidas pela CITES se tenha extinguido até hoje devido ao comércio internacional, as crescentes pressões exercidas sobre os recursos biológicos

tornam a regulamentação do comércio mundial das espécies selvagens ainda mais pertinente hoje do que em 1975, quando da entrada em vigor deste instrumento mundial sem precedentes", afirmou John Scanlon, Secretário-geral da CITES, durante uma cerimónia organizada na sede da CITES, em Genebra.

"Esta convenção revelou-se visionária, ao conseguir aplicar regras práticas sobre o comércio mundial das espécies terrestres e marinhas, antes do boom criado pela liberalização do comércio e a aceleração das transacções via Internet. A CITES é, portanto, parte integrante da transição para uma economia verde do século XXI, utilizando menos recursos", sublinhou, pelo seu lado, o Director do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA), Achim Steiner, que administra também o Secretariado da CITES.

[Para mais informações](#)

Massacre de Srebrenica: TPIY condena sete sérvios bósnios



O Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia (TPIY) condenou, a 10 de Junho, sete sérvios bósnios pelo seu envolvimento na morte de mais de 7000 muçulmanos bósnios, após a queda dos enclaves de Srebrenica e Zepa, na Bósnia e Herzegovina, em Julho de 1995. O massacre, o pior cometido na Europa, desde a Segunda Guerra Mundial, foi qualificado de genocídio pelo TPI e o Tribunal Internacional de Justiça (TIJ).

“A única pena que se impõe é a prisão perpétua. Assim, seis condenados a prisão perpétua”, disse o Presidente do Segundo Juízo do TPIY, o juiz Carmel Agius, dirigindo-se ao ex-tenente-coronel Vujadin Popović, de 53 anos, e ao ex-coronel Ljubisa Beara, de 70 anos. Reconhecidos culpados de genocídio, extermínio, homicídios e perseguições, estes dois antigos chefes do Exército da República Sérvia da Bósnia (VRS) são condenados a prisão perpétua. Outros cinco oficiais foram condenados a penas de prisão que vão de 5 a 35 anos.

O TPIY reconheceu a existência de dois “intentos criminosos comuns” na Bósnia, em Julho de 1995: um consistiu em assassinar os homens muçulmanos da Bósnia e o outro, em obrigar a população muçulmana bósnia a abandonar os enclaves de Srebrenica e Zepa, protegidos pela ONU. Disse que ficou provada a execução de pelo menos 5336 pessoas, após a queda dos dois enclaves, acrescentando que o número de vítimas rondava, na realidade, as 7800.

“A dimensão e a natureza da operação assassina, o número espantoso de vítimas, a forma organizada e sistemática como os assassinios foram cometidos, a perseguição encarnizada das vítimas e a intenção provada de eliminar todos os homens muçulmanos bósnios capturados ou que se rendiam, provam sem qualquer margem de dúvida que se tratou de um genocídio”, diz o Segundo Juízo do TPIY.

[Para mais informações](#)

Quênia cria novo tribunal para julgar piratas

O Governo queniano dotou-se de um novo tribunal judicial dedicado especialmente ao julgamento dos casos de pirataria. O Quênia é o país do Corno de África que alberga o maior número de piratas, detidos, na maioria dos casos, devido aos actos praticados no golfo de Aden.

Actualmente, estão em fase de julgamento 123 casos de pirataria. O novo tribunal, sediado no porto de Mombaça, deverá permitir melhorar a eficácia do sistema judicial e proporcionar condições seguras e modernas para o julgamento dos casos de pirataria.

O tribunal, financiado pelo Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC), foi inaugurado no passado dia 24 de Junho pelo Ministro queniano da Justiça, Mutula Kilonzo.

Segundo os números da Organização Marítima Internacional (OMI), só no ano de 2009, houve 406 ataques recensados, 746 tripulantes tomados como reféns, 8 marinheiros mortos e mais 59 feridos. No total, foram desviados 47 navios comerciais ou de recreio e os resgates extorquidos aos armadores cifraram-se em 60 milhões de dólares, somas colossais que fazem da pirataria uma actividade criminosa apetecível e incentivam aqueles que a praticam.

“Os números são alarmantes, devemos apoiar os dispositivos que funcionam e reforçar aqueles que devem ser reforçados”, disse Ban Ki-moon, quando de uma reunião informal da Assembleia Geral, no passado mês de Maio.

[Para mais informações](#)

Não haverá impunidade para os crimes cometidos na Geórgia, segundo o Procurador do TPI



“O Estatuto de Roma garante o fim da impunidade”, declarou o Procurador Moreno-Ocampo na Haia. “É aos Estados que compete, em primeiro lugar, investigar e acusar os presumíveis autores. O Tribunal só intervém quando não há um verdadeiro procedimento penal a nível nacional”, acrescentou.

O Procurador do Tribunal Penal Internacional (TPI), Luis Moreno-Ocampo, afirmou que não haveria impunidade para os crimes graves cometidos na Geórgia, justamente quando uma delegação do seu Gabinete acabava de concluir uma visita de três dias (22-24 de Junho) ao país.

O objectivo da visita era obter das autoridades georgianas um complemento de informações sobre a investigação que levam a cabo actualmente sobre os crimes que teriam sido cometidos no contexto do conflito armado que eclodiu na Ossétia do Sul (Geórgia), em Agosto de 2008.

O TPI poderia ter competência para julgar crimes susceptíveis de ter sido cometidos no território da Geórgia, nomeadamente a deslocação forçada de civis, o assassinio de soldados responsáveis pela manutenção da paz e ataques contra alvos civis.

Durante a sua visita, a delegação conseguiu que lhe fosse apresentado um balanço da situação, no que se refere às investigações ordenadas pelo Procurador Geral georgiano e a sua equipa, e encontrou-se com o Ministro de Estado para a Reintegração, o Presidente do Supremo Tribunal e outros altos responsáveis dos ministérios da Justiça, dos Negócios Estrangeiros e da Defesa. Os membros da delegação reuniram-se também com representantes de ONG georgianas.

“Estamos muito gratos às autoridades georgianas por nos terem prestado assistência”, declarou o Procurador. “É imperativo levar a cabo investigações acerca das pessoas sobre as quais recai a principal responsabilidade por crimes graves”.

[Para mais informações](#)

ONU louva compromisso de pôr termo à utilização de crianças-soldado, assumido por seis países da África Central



Criança relativo à Participação de Crianças em Conflitos Armados.

Seis países da África Central comprometeram-se a deixar de recrutar crianças-soldado, uma medida que foi saudada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) como um passo em frente no sentido de oferecer a todos os jovens da região uma vida melhor.

Na Declaração de Jamena, adoptada a 9 de Junho, os seis países – Camarões, Chade, República Centro-Africana, Níger, Nigéria e Sudão – enunciaram os seus compromissos em matéria de protecção das crianças, de acordo com as normas internacionais, incluindo o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da

“Este é um novo começo em África, um passo firme no sentido de dar a todas as crianças da região a dignidade e a infância de que tão frequentemente foram privadas por décadas de conflito. Chegou o momento de traduzir em acções concretas estas palavras tão fortes”, disse Marzio Babbile, Representante da UNICEF no Chade.

A declaração pretende também melhorar as oportunidades das crianças – nomeadamente nos domínios da educação e do emprego – depois de terem deixado de integrar grupos armados, e cria um comité para acompanhar a aplicação do texto.

[Para mais informações](#)

Baixa da produção de coca na Colômbia e aumento preocupante no Peru



O Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC) alertou para o aumento “preocupante” da cultura da coca no Peru, país que está prestes a ultrapassar a Colômbia, primeiro produtor mundial.

“Exorto o Governo peruano a agir em todas as frentes para melhorar o acesso à saúde e reforçar a segurança, ampliando as iniciativas que visam proporcionar meios de vida sustentáveis às populações, alargando os programas de prevenção do consumo de droga e de tratamento e reforçando a aplicação da lei e a cooperação regional”, declarou Antonio Maria Costa, Director Executivo do UNODC, por ocasião da publicação que resume o estado da cultura de coca em quatro países andinos: Colômbia, Peru, Bolívia e Equador.

No Peru, a cultura de coca aumentou 6,8%, num ano, tendo atingido os 59 900 hectares de superfície cultivada. Em dez anos, a cultura aumentou 55%.

Na Colômbia, a cultura diminuiu 16%, num ano, reduzindo a superfície cultivada a 68 000 hectares, ou seja, 60% menos do que há dez anos, diz o relatório do UNODC.

“As medidas tomadas pelo Governo colombiano ao longo dos anos, conjugando segurança e desenvolvimento, estão a

dar fruto”, sublinhou Antonio Maria Costa.

A coca representa apenas 0,2% do Produto Interno Bruto (PIB) da Colômbia, ou seja, 494 milhões de dólares.

Na Bolívia, o UNODC refere um aumento de 1% da superfície cultivada (30 900 hectares).

“A Bolívia necessita de apoio para erradicar a coca e desenvolver as regiões de Yunaga e Chapare, a fim de oferecer uma alternativa às populações”, disse o Director Executivo do UNODC.

No entanto, o valor da coca diminuiu. Representava, na Bolívia, 265 milhões de dólares, em 2009, quando, com uma superfície cultivada inferior, o peso financeiro da coca se elevava a 293 milhões de dólares, em 2008.

“Há limites ao que os governos andinos podem fazer, se as pessoas continuarem a consumir cocaína”, lamentou Antonio Maria Costa. “Compete também aos governos dos países onde se consome cocaína, na Europa e na América do Norte, assumir a sua quota-parte de responsabilidade e reduzir a procura”, concluiu.

[Para mais informações](#)

ONU realça necessidade de combater a ameaça crescente da criminalidade organizada



Altos funcionários da ONU realçaram, a 17 de Junho, a urgência de combater a criminalidade organizada, que, segundo um novo relatório, está a adquirir uma dimensão mundial e representa uma ameaça para a paz, o desenvolvimento e mesmo a soberania nacional.

Intitulado *The Globalization of Crime*, o relatório examina os grandes fluxos de tráfico de droga, armas de fogo, contrafacções, recursos naturais roubados, pessoas traficadas para fins de exploração sexual ou trabalho forçado e migrantes clandestinos, e sugere formas de combater estas ameaças.

Produzido pelo Gabinete das Nações Unidas para a Droga e a Criminalidade (UNODC), o relatório realça igualmente as deficiências das respostas nacionais à criminalidade transnacional, apelando a respostas

mundiais baseadas na Convenção das Nações Unidas contra Criminalidade Organizada Transnacional, que foi adoptada há uma década na cidade italiana de Palermo.

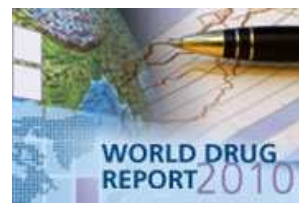
“Para combater a criminalidade organizada transnacional, é necessário também nós nos organizarmos”, disse o Secretário-Geral Ban Ki-moon, dirigindo-se aos participantes numa reunião de alto nível da Assembleia Geral sobre a questão.

O Director Executivo do UNODC, Antonio Maria Costa, fez notar que não se trata apenas de uma ameaça económica. “Os lucros do crime e a ameaça de usar ou o uso da força permitem que os criminosos influenciem processos eleitorais, políticos e o poder”, disse.

Segundo o relatório, só na Europa há cerca de 140 000 vítimas do tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual.

[Para mais informações](#)

Novas drogas, novos mercados no mundo, segundo um relatório do UNODC



O consumo de drogas está a estabilizar nos países desenvolvidos, mas tem aumentado nos países em desenvolvimento e os produtos tradicionais – heroína, ópio e cocaína – tendem a ser substituídos por estimulantes do tipo das anfetaminas e medicamentos sujeitos a receita médica, segundo um relatório do Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC).

O *World Drug Report 2010*, lançado, a 23 de Junho, pelo UNODC, diz que o número de consumidores de drogas sintéticas – estimado em cerca de 30 a 40 milhões de pessoas no mundo inteiro – em breve excederá o dos opiáceos e de cocaína juntos.

“Não resolveremos o problema da droga, se nos limitarmos a transferir a dependência da cocaína e da heroína para outras drogas”, afirmou o Director Executivo do UNODC, Antonio Maria Costa, acrescentando que existem drogas em quantidades ilimitadas, produzidas em laboratórios ilegais, a um custo insignificante.

O relatório mostra também que a *cannabis* continua a ser a substância ilícita mais consumida em todo o planeta, sendo fumada pelo menos uma vez por ano por cerca de 130 a 190 milhões de pessoas. É produzida em quase todos os países. O facto de o seu consumo estar a diminuir nos mercados da América do Norte e de algumas partes da Europa, é mais uma prova da mudança dos padrões de consumo de droga.

“É tempo de assegurar o acesso universal ao tratamento da toxicod dependência”, disse Antonio Maria Costa, que exortou a que a saúde passasse a ser um elemento fulcral do controlo das drogas e pediu um maior respeito pelos direitos humanos.

[Para mais informações](#)

Tráfico de pessoas é uma das actividades ilegais mais lucrativas na Europa



O tráfico de pessoas é uma das actividades ilegais mais lucrativas na Europa, segundo um relatório das Nações Unidas, lançado, a 30 de Junho, pelo Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC), em Espanha, que se tornou, assim, o primeiro país do continente a aderir a Campanha Coração Azul contra o tráfico de seres humanos.

O relatório, intitulado *Trafficking in persons to Europe for sexual exploitation*, publicado pelo UNODC, mostra que os grupos criminosos obtêm cerca de 3 mil milhões de dólares por ano graças à exploração sexual e ao trabalho forçado de cerca de 140 000 pessoas.

Na sua maioria, as vítimas são mulheres, que são objecto de exploração sexual ou sujeitas a trabalho forçado. Entre outras formas de tráfico figuram a servidão

doméstica, a extracção de órgãos e a exploração de crianças.

“Os Europeus pensam que a escravatura foi abolida há séculos. Mas olhai à vossa volta e vereis os escravos no meio de vós. Temos de intensificar os esforços para reduzir a procura de produtos produzidos por escravos ou através da exploração de seres humanos”, declarou o Director Executivo do UNODC, Antonio Maria Costa.

Aproximadamente 84% das vítimas na Europa são objecto de tráfico para exploração sexual. Na sua maioria trata-se de mulheres que são violadas, violentadas, drogadas, aprisionadas e vítimas de chantagem e vêem o seu passaporte ser-lhe confiscado.

Na Europa, 32% das vítimas provêm dos Balcãs, 19% vêm dos países da ex-União Soviética, 13%, da América do Sul, 7%, da Europa Central, 5%, de África, e 3%, do Leste Asiático.

O número de acções judiciais contra traficantes é relativamente baixo, se comparado com o número de vítimas, lamenta o relatório.

[Para mais informações](#)

O Fim da Era da Impunidade

Na abertura da Conferência de Revisão do Tribunal Penal Internacional (TPI), Ban Ki-moon anunciou o fim da era da impunidade. “De uma forma lenta mas segura, está a surgir uma nova era, a da prestação de contas,” afirmou o SG das Nações Unidas.

O TPI nasce intimamente ligado à ONU, mas é uma organização internacional independente baseada no Estatuto de Roma de 1998, que entrou em funcionamento a 1 de Julho de 2002. Tem 111 Estados Partes – Estados que reconhecem a jurisdição do Tribunal – e competência sobre quatro crimes: genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e crimes de agressão, desde que cometidos depois da entrada em vigor do Estatuto e desde que cometidos no território de um Estado Parte ou por um seu nacional. Esta regra não se aplica se a situação for referida ao Procurador (Luis Moreno-Ocampo) pelo Conselho de Segurança.

Em Kampala, de 31 de Maio a 10 de Junho, reuniu-se a Conferência de Revisão do TPI, aberta aos Estados Partes mas também a Estados Não-Parte (por exemplo, os Estados Unidos) e à sociedade civil, com uma dupla agenda: (i) a revisão prevista no próprio estatuto e que deverá ocorrer sete anos após a entrada em vigor do mesmo (art. 123.º) e (ii) o fazer o balanço dos progressos do Tribunal e do seu impacto.

A escolha de Kampala ficou a dever-se ao facto de o Uganda ter sido o primeiro estado a referir um caso ao TPI reconhecendo a importância deste para a construção da paz e da justiça. O TPI está, hoje, a levar a cabo investigações sobre cinco situações: Uganda, República Democrática do Congo, República Centro Africana, Sudão e Quênia. Todas estas situações foram referidas ao TPI pelos governos nacionais, à excepção do Sudão, que foi referida ao Procurador pelo CSONU e resultou num mandado de captura ao presidente sudanês em exercício.

Curiosamente, um dos episódios que animou o debate nas margens da Conferência foi a notícia de que Bashir não iria à Cimeira da União Africana, que se realizava em Kampala umas semanas depois, pois o Uganda é um Estado Parte do TPI e tem a obrigação de colaborar com o Tribunal, nomeadamente executando o mandado de captura e entregando Bashir ao Tribunal. A situação fez subir a tensão entre os dois países e terminou com Kampala retratando-se e dizendo que o presidente do Sudão seria bem-vindo na Cimeira da UA. Este é apenas um dos exemplos daquilo que alguns rapidamente se apressaram a classificar como a dicotomia entre paz e justiça.

Voltando aos trabalhos da Conferência, a agenda de balanço contemplou as questões da complementaridade (e o reforço da chamada complementaridade positiva com o reforço das capacidades dos Estados Partes e de outros estados para que possam julgar os crimes

internacionais da competência do Tribunal), da coordenação (com ênfase na partilha de boas práticas, de legislação de implementação, acordos, etc.), do impacto do TPI (nomeadamente no reforço dos direitos das vítimas e o contributo do Fundo de Garantia para as Vítimas – desde 2005 – e do TPI para a dignidade das mesmas e das comunidades). O último tema em debate foi a integração da paz e justiça, como faces da mesma moeda, e o papel do TPI e de processos como as comissões de acolhimento, verdade e reconciliação para os processos de paz e de transição.

Na agenda emendas ao Estatuto de Roma, três questões dominaram o debate.

Um dos temas relevantes foi a discussão sobre o artigo 124.º Este prevê que um Estado possa declarar que, durante um período de sete anos a contar da data de entrada em vigor do presente Estatuto no seu território, não aceitará a competência do Tribunal relativamente aos crimes do artigo 8.º (crimes de guerra), quando haja indícios de que um crime tenha sido praticado por seus nacionais ou no seu território. Este artigo foi incluído para facilitar a adesão ao Estatuto e promover a sua universalização. A conferência decidiu que este artigo não seria emendado e agendou uma nova discussão para 2015.

Outra das emendas foi a decisão de incluir no artigo 8.º e colocar sob jurisdição do TPI o uso em conflitos internos de determinadas armas envenenadas e balas que se expandem, gases asfixiantes ou venenosos, e todos os outros líquidos, materiais e mecanismos inadmissíveis. Fundamental foi a questão da definição do crime de agressão. O crime de agressão é um crime da competência do Tribunal (artigo 5.º) mas cuja definição (elementos) e condições em que o tribunal poderá agir estavam a ser trabalhadas desde Julho de 2009. Um dos temas que mais impediu um consenso nestas matérias foi o do papel do CSONU na determinação da existência de um crime de agressão, se algum. A Conferência decidiu, com base na resolução da AGONU 3314 (XXIX) de 14 de Dezembro de 1974, qualificar como agressão o planeamento, preparação, iniciação ou execução, por uma pessoa numa posição de exercício de controlo ou direcção da acção política ou militar de um estado, de um acto de agressão que pelo seu carácter, gravidade ou escala constitui uma manifesta violação da Carta da ONU. A jurisdição do TPI só terá início em 2017 quando for aprovada por 30 Estados Partes.

No que diz respeito à jurisdição do Tribunal, a Conferência acordou que o CSNU (agindo ao abrigo do Capítulo VII da Carta) possa referir ao TPI qualquer situação em que pareça ter ocorrido um acto de agressão, independentemente de os Estados envolvidos serem ou não Estados-Partes. Também o Procurador pode dar início a uma investigação sobre um acto de agressão por sua iniciativa ou a pedido de um Estado Parte, desde que obtenha a autorização

do Juízo de Instrução do Tribunal. Neste caso, o Tribunal não terá jurisdição sobre crimes de agressão cometidos no território de Estados não partes ou pelos seus nacionais, ou sobre Estados Partes que tenham declarado que não aceitam a jurisdição do Tribunal sobre o crime de agressão.

O papel do CSONU na determinação da existência de um crime de agressão foi um dos temas que mais reacções negativas provocou em Kampala. Receando que o Tribunal veja a sua independência perdida no meio de lutas políticas, os críticos avisaram que a tal dicotomia paz e justiça seria recordada todas as vezes que se quisesse julgar um Estado forte pelo crime de agressão. Este argumento vai ao encontro dos detractores do Tribunal que, lembrando que todas as situações sob a atenção do Tribunal aconteceram em África, temem um Tribunal altamente politizado.

De facto, as 5 situações que ocupam o TPI aconteceram em África e também é verdade que o CSONU tem um poder notável na determinação da existência de um acto de agressão e na referência do mesmo ao TPI. Não é menos verdade que das 5 situações, quatro foram referidas ao TPI pelos próprios governos, e apenas o caso do Sudão resulta de uma acção do CSONU - isto revela que os Estados africanos que ratificaram o Estatuto de Roma também querem o fim da era da impunidade. A acção do CSONU no crime de agressão resulta da prática actual e visa, num futuro próximo esperamos, poder superar a questão do reconhecimento da jurisdição do Tribunal.

O trabalho desenvolvido pelo TPI constitui um forte alicerce da nova era anunciada em 1998 e que paulatina mas constantemente está a ser construída. É uma era em que a impunidade é ameaçada pela garantia da justiça às vítimas, em que garantir a paz não significa adiar a justiça. Como é uma era tão nova e distinta das anteriores provoca receios; mas só devem temer o TPI os que não acreditam que a prestação de contas é hoje uma parte integrante da governação e que os povos não têm direito a viver em dignidade. Mas, não obstante as imperfeições, a era nova está a ser construída.

Mónica Ferro

Docente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

* Os artigos publicados nesta secção expressam exclusivamente os pontos de vista da autora, não devendo ser interpretados como reflectindo a posição da ONU.

Homicídio Conjugal em Portugal – rupturas violentas da conjugalidade

Elza Pais*



Acaba de ser lançada uma nova edição, revista e actualizada do livro, **O Homicídio Conjugal em Portugal**, de Elza Pais. Trata-se de um estudo único no país, baseado em trabalho de campo levado a cabo junto de um universo representativo de pessoas condenadas por homicídio conjugal ou relacionado com a conjugalidade. A análise dos dados recolhidos, permite reflexões surpreendentes: ao lado das imagens contemporâneas da família-refúgio, lugar de intimidade, autenticidade, afectividade e privacidade, temos, indelmentíveis sinais de um reverso dramático: mentira, opressão, subjugação, a família geradora de violência, quando não de morte.

Enquadrando a violência doméstica no quadro geral da violência, os dados revelam que a família é o local onde existe maior violência, mais do que em qualquer outro meio social. Vinte e cinco por cento da criminalidade registada ocorre no seio da família, uma percentagem que seria ainda maior se todos os casos de violência que aí ocorrem fossem denunciados.

Nos dois prefácios do livro, **Nelson Lourenço**, na primeira edição, e **Laborinho Lúcio**, na segunda, destacam a qualidade e actualidade desta investigação. «Este é um trabalho sobre gente, tomada no mais íntimo da sua complexidade e da sua dimensão paradoxal», escreve Laborinho Lúcio, acrescentando: «Mas é também uma obra sobre os valores, sobre o sentido das relações entre sujeitos portadores da dignidade humana, sobre a responsabilidade social e política, sobre a importância dos direitos e do seu reconhecimento no outro, enfim, sobre 'o valor do outro'.» Nelson Lourenço, por seu lado, destaca as qualidades da investigação: «Recorrendo a metodologias quantitativas e qualitativas, a autora criou as condições para um estudo que concilia a leitura sociográfica do homicídio conjugal com o aprofundamento da análise da ruptura violenta da conjugalidade. Para além da anatomia do crime, ensaia-se a sua leitura compreensiva.»

Mais do que um livro, trata-se de um percurso. Dá-nos conta das contradições e dos paradoxos da vida, onde o amor, o ódio e a violência se misturam. Trata a vida de Mulheres e Homens que ao tirarem a vida a outros, também ficaram com menos vida. Subtraíram em vez de somarem, e o resultado desta equação é que ninguém ganha, todos perderam. Ao destruírem o outro, também se destruíram.

A literatura é talvez o espelho mais persistentemente disponível para percebermos as contradições e subtilidades dos processos históricos de violência de género.

Apenas algumas referências que gostaria de aqui deixar.

V. Woolf quis mostrar na sua obra de que forma a sociedade patriarcal infligia às mulheres a maior de todas as violências e criava barreiras à criatividade feminina. As mulheres eram educadas para a renúncia, o que se tornava num processo doentio de que as mulheres vitorianas são disso exemplo. Mostrou de que forma o modelo de desenvolvimento feminino é sempre feito em termos de alternativa e nunca de complementaridade. A mulher viu-se sempre obrigada a sacrificar uma vida (privada), para poder ter a outra (pública).

Clarissa, em Mrs Dalloway, reconhece que o processo de constituição da identidade feminina é doloroso e complexo, feito de inibições e renúncias “pode afirmar-se que a feminilidade normal é algo de frágil e delicado que se constitui como o saldo positivo de um somatório de perdas”. Apesar dos seus esforços como mãe, esposa e anfitriã, Clarissa sente um enorme vazio.

A resolução do conflito edipiano teve um preço muito alto, porque a obrigou a uma escolha entre dois afectos de sinal contrário, em que um continha em si a aprovação da sociedade, e o outro era, por essa mesma sociedade, rejeitado como desviante.

Não se tratava de uma escolha, mas de uma renúncia em nome das convenções. A mulher em V. Woolf vive a violência da renúncia para não sofrer a violência da condenação pública ou da loucura. A violência reside numa lógica que impedia o acesso da mulher à cultura e aos centros de poder.

A violência contra as mulheres, além de ser uma experiência limite e extrema, é também o emblema da opressão que a sociedade patriarcal impôs durante séculos às mulheres. Compreender este fenómeno implica entrar na história para destruir o “mito”.

O sofrimento dessas vítimas, para as quais não havia qualquer tipo de apoio privado ou público, testemunha bem o contexto social do Ocidente até à 2ª Guerra Mundial.

O problema da violência conjugal faz parte integrante da luta pela igualdade e pela emancipação, não somente porque os movimentos feministas o afirmaram, mas também porque a nossa sociedade privilegia a realização da pessoa e a emancipação individual, sendo que aí a violência constituiu um obstáculo mortífero.

A diferença dos sexos traduziu-se numa hierarquia que beneficiou os homens. Mas, no final dos anos 80, levantou-se por todo o lado um clamor pelo chamado “direito à diferença” e pela “igualdade na diferença”.

É em Pequim, em 1995, na 4ª Conferência Mundial sobre as Mulheres, dez anos após o “decénio das mulheres”, que as Nações Unidas reafirmam a sua vontade de promover mais a igualdade entre homens e mulheres sempre segundo os mesmos princípios: igualdade, desenvolvimento e paz.

As políticas em curso em Portugal beberam aqui a sua inspiração.

Mas, se este fenómeno universal da dominação masculina é cultural, logo pode ser modificado. Pois, tal como nos últimos 35 anos as mulheres

controlam a reprodução no ocidente, também faz sentido que comecem a controlar este tipo de dominação.

Neste estudo vê-se bem o empoderamento das mulheres nestes últimos 10/15 anos. Hoje, recorrem menos à violência para pôr fim à violência que lhes é infligida, procurando soluções não violentas para a conflitualidade conjugal que vivenciam.

O aumento do homicídio conjugal por parte dos homens alerta-nos para a necessidade de continuarmos a promover uma cultura para a cidadania e para a igualdade, sobretudo junto dos mais jovens, onde se valorize o respeito pelo outro, a partilha e a responsabilidade colectiva.

Hoje, fala-se (e activistas homens defendem) numa nova masculinidade. Uma redefinição dos poderes, de modo a que os homens (pessoas) se permitam sentirem-se poderosos, sem por essa razão terem que ser sexistas. Ou, como diz E. Badinter, é importante que aprendam a impotência e a fragilidade para serem melhores pessoas.

É este o desafio da modernidade: construir novas masculinidades.

A democracia, sempre imperfeita, ganha-se com pequenos passos. Tal como não existe uma única feminilidade, também não existe uma masculinidade universal, mas múltiplas masculinidades, sendo nesta diversidade que se expressa a complexidade do real, e nela residem também as potencialidades de mudança.

* Nota biográfica:

Elza Pais tem uma carreira de investigação, académica e política dedicada a temas fracturantes da vida social, como a reinserção social de delinquentes, a prevenção das toxicodependências, o combate à violência contra as mulheres, a promoção da igualdade de género e a luta contra todas as formas de discriminação. É, desde Outubro de 2009, Secretária de Estado da Igualdade do XVIII Governo Constitucional.



O CANTO DA RÁDIO ONU*

HEADLINE: Exclusiva: Gisele Bündchen

A modelo brasileira Gisele Bündchen acaba de gravar dois vídeos para uma campanha do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Pnuma, sobre o Ano Internacional da Biodiversidade, celebrado em 2010.

As mensagens, de 15 e 30 segundos, foram realizadas em português. Ela é Embaixadora da Boa Vontade do Pnuma, desde Setembro do ano passado, quando recebeu o título, numa cerimónia em Nova Iorque.

Em entrevista exclusiva à Rádio ONU, Gisele Bündchen disse que há mais de seis anos procura maior conscientização global sobre a questão do meio ambiente. Também falou sobre o projeto 'Água Limpa', em Horizontina, no Rio Grande do Sul, cidade onde nasceu, e sobre a responsabilidade de ser Embaixadora do Pnuma.

Acompanhe a entrevista, concedida à Daniela Traldi.



RO: Qual a importância de ter sido nomeada embaixadora do Pnuma para o Meio Ambiente, em Setembro do ano passado?

GB: Eu me senti super honrada e super feliz porque faz parte de uma batalha pessoal, de tentar trazer uma conscientização maior para as coisas que vêm acontecendo no meio ambiente. Já há mais de seis anos faço isso com meu blog, meu site e também os meus chinelinhos. Desde que fiz uma viagem ao Xingu em 2003, venho tentando trazer a atenção para todas as coisas que eu acho importantes nesse sentido, o do meio ambiente.

RO: Ou seja, você se sente muito honrada?

GB: Sim, o que mais me deixou feliz é que só as pessoas que apreciam o meu trabalho e visitam o meu site sabem das coisas que estou tentando defender, das coisas com que me importo ou falo. Agora, quando você é embaixadora da ONU, óbvio que o que você tem a dizer se transforma, você consegue mandar essa mensagem mundialmente e para muito mais gente. Por isso fiquei muito honrada, porque acho importantíssimo as pessoas saberem e se interessarem pelo o que está acontecendo com o nosso planeta. Essa é a nossa casa. Se a gente não cuidar dela, onde a gente vai ficar? A gente tem que saber que não dá para ficar abusando e simplesmente desmatando, sem se preocupar em como a gente vai viver daqui a 50 anos. Se a gente continuar pensando assim, de repente daqui a 50 anos não vai mais estar aqui.

RO: Como você avalia a situação ambiental hoje no mundo e o que é preciso ser feito para conservar o planeta, já que você é uma pessoa bastante engajada?

GB: Com as pequenas coisas você já está ajudando. No meu site (www.giselebundchen.com e www.giselebundchen.com.br) eu dou várias dicas; nós temos uma ação super legal pelo Dia do Meio Ambiente, que pergunta 'O que você vai se comprometer em fazer para ajudar o Meio Ambiente?'; e diz coisas como 'vai tomar banho demorado e deixar a água correr?' ou 'vai deixar o computador ligado enquanto não estiver usando?'. Enfim, você vê trezentas coisas que pode fazer e decide: 'eu vou me engajar com isso'. São várias coisas pequenas, mas obviamente que ajudam a pressionar para que as pessoas saibam e se eduquem sobre o que pode ser feito. E o governo também tem que tomar ações; seria legal se incentivasse as empresas a não poluir em troca de um tipo de benefício fiscal, uma redução de taxas,

ou seja: trabalhar de uma forma maior, que envolva as empresas, principais responsáveis pelos impactos e nós, pessoas comuns. Imagine que se todo ser humano fizesse isso, se preocupasse com as coisinhas pequenas, faria muita diferença.

RO: E qual é o projeto em que você está envolvida na sua cidade natal, no Rio Grande do Sul, Horizontina?

GB: É uma paixão para mim. Nunca vou esquecer que conversei com meu pai há três anos, durante nossas férias, e disse para ele que a gente precisava fazer alguma coisa. Eu já estava fazendo coisas no Xingu, tentando limpar os rios, e plantar árvores e trazer uma conscientização para a água, com questões como 'quanta água tem no mundo, quantas pessoas vão beber e como fazer para preservar essa água'. Então conversei com meu pai, que me apoiou muito, e fundou esse projeto 'Água Limpa'. Esse projeto pretende limpar toda a água da bacia dos rios que levam água para a cidade e toda a região em que eu nasci. É um projecto piloto e eu acho que o Rio Grande do Sul vai implantar em outras cidades do estado para preservar bacias, onde comecem as vertentes. E proteger essas áreas, plantando uma certa quantidade de árvores e plantas, para não deixar o barro ou os produtos químicos das plantações chegarem a esses rios, secando a água. Porque eles estão acabando com as nascentes. E se você acaba com elas, claro, você acaba com os rios. O foco desse projeto 'Água Limpa' é proteger as nascentes.

RO: Ou seja, proteger essas fontes para que as pessoas tenham mais acesso à água potável depois.

GB: Exactamente, porque essas nascentes são as que formam os rios. Então você tem que proteger essa área ao redor delas. O assoreamento, que leva a terra para dentro na nascente, acaba com uma fonte natural de água que não volta nunca mais. A gente tem que preservar isso e eu espero que esse se torne um programa piloto para todo o Rio Grande do Sul. Eu estou bancando o 'Água Limpa' especificamente, mas espero que o governo pegue essa ideia e leve para outras áreas do estado e até do país ou do mundo. Tem que dar uma ajudinha.

RO: Gisele, você mesma acabou de mencionar o Dia Mundial do Meio Ambiente. Qual mensagem você deixa para esse dia?

GB: Em primeiro lugar, todo brasileiro tem que ter o maior orgulho de ter nascido nesse país, o mais maravilhoso e rico do mundo, não só pelas pessoas, mas por ser o país de maior biodiversidade. Eu tenho orgulho de ser brasileira também por causa disso e acho que o brasileiro tem que saber, se orgulhar, proteger e se engajar em projetos, mas também fazer o que puder, procurar no meu site ou no site da ONU o que cada um pode fazer para proteger o planeta. Me dá arrepio saber que a gente é um país tão grande e que as pessoas não têm conhecimento do quanto rico a gente realmente é. As pessoas que viajam e vêem o que se passa pelo mundo, que vão à África, vêem que as pessoas não têm água para beber, não têm como tomar banho. É triste. E aqui a gente tem tudo. E quando a gente vem de um país que tem tudo, o mais rico em recursos naturais do mundo, a gente não nota, porque nunca fez falta. Quando não faz falta, a gente não vê, até o dia em que chegam à nossa porta e dizem: 'agora acabou'. E aí? Então, a gente tem realmente que proteger isso.

RO: E como você avalia a importância de se disseminar essa mensagem em português?

GB: Eu acho importantíssimo divulgar isso em português; 2010 é o ano da biodiversidade no mundo e para mim é o ano do Brasil no mundo, porque a gente tem que chegar lá fora e mostrar que a gente está consciente e vai proteger o que a gente tem. Tem que ser líder nisso, porque conta com essa riqueza que infelizmente os outros não têm. Então, a gente tem que proteger mais que os outros. No final das contas, somos todos parte desse mundo; o que acontece na China afeta a gente aqui, o que acontece aqui afeta o cara lá na África. Por isso, por mais que sejamos esse país rico e maravilhoso, de riquezas naturais imensuráveis, a gente tem que ser líder nisso. Que orgulho eu tenho de ser brasileira e mais orgulho eu teria se os brasileiros vestissem a camisa e dissessem: 'eu vou atrás, vou tentar me engajar, saber o que mais eu posso fazer e vou proteger essa nossa riqueza.

***Colaboração da Rádio ONU**

PUBLICAÇÕES – JUNHO / JULHO DE 2010

**UNCTAD Handbook of Statistics
2009 (PDF)**

Código de venda: 09.II.D.10 P
ISBN 13: 9789210543071
Publicado em Junho de 2010
Disponível em inglês

**Addiction, Crime and Insurgency:
The Transnational Threat
of Afghan Opium (PDF)**

Código de venda: 09.IV.15 P
ISBN 13: 9789210543088
Publicado em Junho de
2010
Disponível em Inglês

**United Nations Disarmament
Yearbook 2006, The (PDF)**

Código de venda: 07.IX.1 P
ISBN 13: 9789210543026
Publicado em Junho de 2010
Disponível em Inglês

Poderá encontrar estas e outras publicações na página na Internet do Serviço de Publicações das Nações Unidas:
<https://unp.un.org/>

**ONU lança versões electrónicas das suas publicações
para leitura em dispositivos móveis**

A ONU anunciou o lançamento de livros electrónicos das Nações Unidas para o iPhone e o iPad, e também para o Kindle da Amazon, que permitirão aos utilizadores aceder a publicações e textos sobre questões mundiais e lê-los sem estar ligado à Internet.

As primeiras publicações das Nações Unidas disponibilizadas como aplicações são títulos emblemáticos da Organização, como a Carta das Nações Unidas, o livro *The United Nations Today* e a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

The United Nations Today também já está disponível para o Kindle, o leitor de livros electrónicos da Amazon.

A ONU vai lançar, através da App Store, uma aplicação gratuita, em que se descreve o avanço rumo à consecução dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Nas próximas semanas, serão disponibilizados mais títulos sob a forma de aplicações para o iPhone e o iPad. Num futuro próximo, esses títulos também serão lançados para o Kindle e outras plataformas de leitura de livros electrónicos e sistemas operativos como o BlackBerry, o Android e o Symbian.

Os livros electrónicos para dispositivos móveis das Nações Unidas estão disponíveis por um preço nominal na App Store e permitem aos utilizadores

tirar partido das capacidades avançadas do iPhone, do iPod Touch e do iPad, para se informarem sobre a Organização e o seu trabalho.

Algumas das características das aplicações de livros electrónicos das Nações Unidas são um interface de utilizador simples, pesquisa ao texto completo, navegação intuitiva, e ligações a outros títulos das Nações Unidas.

As **Publicações das Nações Unidas** reúnem mais de 6 000 títulos produzidos pela organização e pelos seus principais organismos, abrangendo um vasto leque de tópicos, tais como a paz e a segurança, assuntos humanitários, as mulheres e a população, o ambiente, a saúde e questões urbanas, os direitos humanos, a lei e a prevenção da criminalidade, o comércio, o investimento e a tecnologia. Disponibiliza igualmente uma extensa colecção de dados estatísticos e de publicações em formato electrónico.

Para mais informações, consultar o sítio Web www.un.org/publications

**CALENDÁRIO
AGOSTO / SETEMBRO DE 2010**

Dia Internacional dos Povos Indígenas
9 de Agosto

Dia Internacional da Juventude
12 de Agosto

Dia Mundial da Ajuda Humanitária
19 de Agosto

**Dia Internacional de Recordação do
Tráfico de Escravos e sua Abolição**
23 de Agosto

Dia Internacional contra os Testes Nucleares
29 de Agosto

Dia Internacional da Alfabetização
8 de Setembro

Dia Internacional da Democracia
15 de Setembro

**Dia Internacional da Preservação da Camada
de Ozono**
16 de Setembro

Dia Internacional da Paz
21 de Setembro

AVISO AOS LEITORES

O próximo número do boletim, relativo aos meses de Agosto/Setembro, será publicado em meados de Setembro

Directora do UNRIC:
Afsané Bassir-Pour
Responsável pela publicação:
Ana Mafalda Tello
Redacção:
Daena Neto e Francisco Melo
Concepção gráfica:
Gregory Cornwell